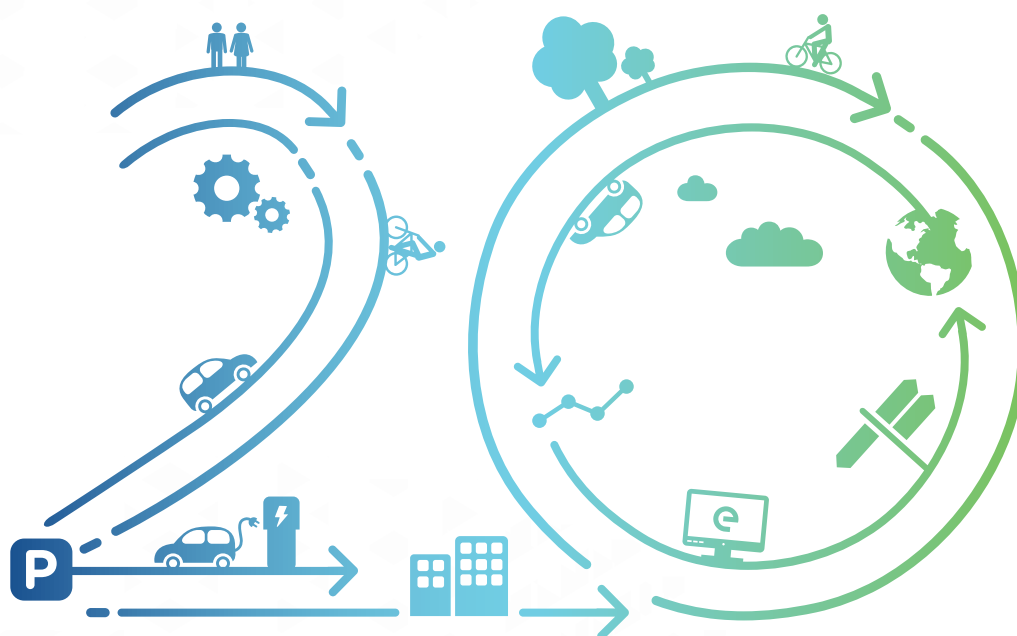


RELATÓRIO & CONTAS

2014



ANOS

A MOBILIZAR LISBOA

RELATÓRIO & CONTAS 2014



20 ANOS A MOBILIZAR LISBOA

As cidades são lugar de trabalho e lazer, são lugar para veículos e para peões, são dinâmicas e mutáveis, mas acima de tudo, têm sempre de evoluir de modo a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus residentes.

É com esta preocupação em mente que a EMEL nos últimos 20 anos tem vindo a organizar e a otimizar os vários elementos que têm como perspetiva presente e futura o desenvolvimento sustentável da cidade de Lisboa.

Por várias razões, criar mais mobilidade não é só desenvolver e melhorar infra-estruturas, pois além dos meios materiais precisamos de mobilizar tudo e todos. Precisamos de envolver e consciencializar os cidadãos para os problemas da cidade, de modo a colocar também nas mãos de cada um a capacidade de criar uma cidade para todos e não só para alguns.

Hoje vemos o resultado deste investimento, visível não só nas ruas como nas mentalidades.

Vamos continuar, este é o caminho certo!



O CRESCIMENTO E OS MOMENTOS CHAVE



A MOBILIZAR LISBOA

21 de Agosto 1995
1ª Zona de estacionamento de duração limitada.
967 Lugares
12 Verificadores

Processo de fiscalização em conjunto com a EMEL e PSP Divisão de Trânsito.

1999
A PSP Divisão de Trânsito abandona o processo de fiscalização por questões legais, em **2000** a EMEL opta por credenciar os Verificadores. Em conjunto com a CML e ANSR promovem um curso de formação, e os Verificadores passam a Agentes de Fiscalização de Estacionamento.

Primeiro meio de pagamento alternativo, Porta Moedas Multibanco, instalado em mais de 100 parquímetros, abandonado mais tarde por fraca adesão do público, bem como por vários atos de vandalismo.

2002
No início do processo de bloqueamento, a EMEL, tendo em vista uma maior efetividade da fiscalização inicia este processo, contratando um serviço de reboques externo e criando um parque de estacionamento dedicado aos veículos removidos.

2004 a 2006
25.356 Lugares (Após concessão de 10.624 Lugares à Streetpark em 2005)

2006
SmartPark: um novo meio alternativo de pagamento.

2007 a 2009
34.693 Lugares

2007
Ao abrigo do Decreto-Lei 44/05, são conferidas à EMEL as competências necessárias para fiscalizar nas áreas regulamentadas dentro e fora dos lugares tarifados.

2011
A EMEL vê o seu estatuto alterado e passa a ser Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, alargando a atividade para toda a área de Mobilidade Urbana.

A EMEL desenvolve o SCAE - Sistema Centralizado de Apoio à Exploração e vence o prémio de boas práticas para empresas públicas.

Alterações tarifárias e Sistema de Coroas.

2013
Internacionalização, a EMEL além fronteiras está presente na Cidade da Praia em Cabo Verde com um protocolo de cooperação, tendo nessa cidade ajudado a criar e a gerir 900 Lugares de estacionamento tarifado e 40 Parquímetros.

VIVA Parking, um cartão da mobilidade, elimina necessidade de moedas, utilizável nos parquímetros EMEL, recarregável no Multibanco e suporte para a multimobilidade (Park and ride e serviços intermodais).

1995 a 1997
14.513 Lugares

1998 a 2000
34.225 Lugares

2001 a 2003
41.191 Lugares

2001
Mais um meio de pagamento alternativo, Títulos de Estacionamento Pré-Comprados.

2004
EMEL inicia um período conturbado, devido a roubos e vandalismo nos parquímetros.

2005
A Streetpark é criada para resolver o problema operacional da EMEL, na verificação do pagamento do estacionamento.

A EMEL inicia o controlo de acesso aos Bairros Históricos no Bairro Alto, tendo mais tarde ampliado esse serviço a mais três bairros da cidade de Lisboa, Alfama, Castelo e Bica/Sta. Catarina.

2009
A EMEL cria áreas de estacionamento exclusivas a residentes e, mais tarde, dísticos com dupla zona para maior comodidade dos residentes .

2010 a 2012
43.406 Lugares

2010
Início dos Projectos Europeus, Evoo, Straightsol, entre outros.

2012
Já como Empresa de Mobilidade, inicia o "Park n' Ride", em 10 parques da cidade e outros produtos de Mobilidade.

EMEL reforça a fiscalização ao adquirir 3 reboques próprios.

EMEL cria bolsas de estacionamento de "Bilhete Diário" em áreas da cidade onde não há deficit de procura de curta duração e não há conflito com o estacionamento dos residentes.

2013 a 2015
51.381 Lugares

2014
e-Park, o produto que veio revolucionar o pagamento do estacionamento em Lisboa, ótima aceitação do público, permite uma comodidade extraordinária para quem utiliza o sistema.



ÍNDICE



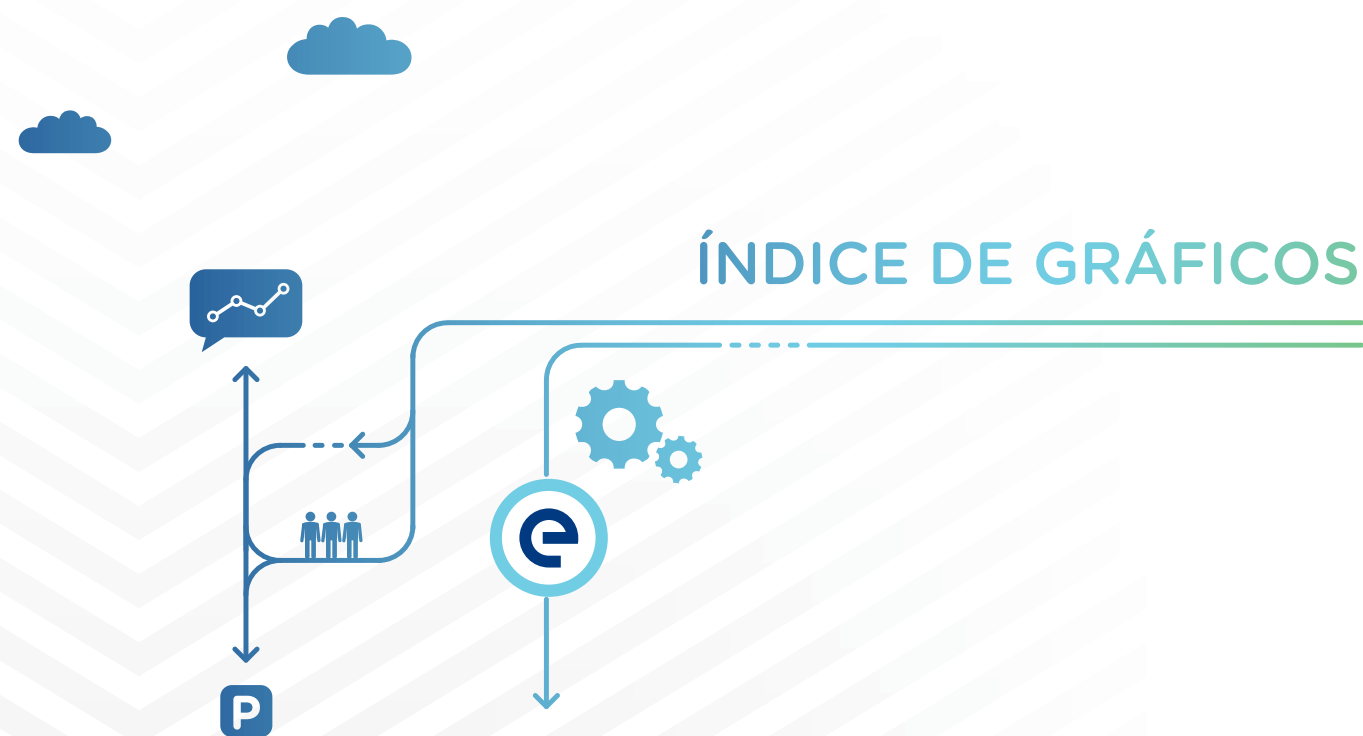
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	13
2. ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	19
2.1. Oferta de Estacionamento na Via Pública	20
2.2. Atividade de Fiscalização	23
2.3. Oferta de Estacionamento em Parques	25
2.4. Zonas de Acesso Automóvel Condicionado (ZAAC) e Túnel	30
2.5. Atividade Contraordenacional	32
3. ATIVIDADE COMERCIAL E PROVEITOS	35
3.1. Principais aspetos da Atividade Comercial, Marketing e Comunicação	36
3.2. Evolução dos Proveitos	41
4. ATIVIDADES NO ÂMBITO DA MOBILIDADE E NOVOS PROJETOS	43
4.1. Novos projetos de Mobilidade	44
4.2. Prémios e projetos Internacionais	44
4.3. Participação em Conferências e Eventos	46
4.4. Parcerias Internacionais	46
5. RECURSOS HUMANOS	49
5.1. Política de Recursos Humanos	50
5.2. Pessoas na EMEL	51
5.3. Formação na EMEL	52
6. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	57
6.1. Sustentabilidade Ambiental	58
6.2. Contributo para a Economia Nacional e Responsabilidade Social	58
6.3. Outras Atividades de responsabilidade social	58
7. INVESTIMENTO	61
8. SITUAÇÃO ECONÓMICO - FINANCEIRA	65
9. FACTOS RELEVANTES	69
10. PERSPETIVAS FUTURAS	73
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	77
12. NOTAS FINAIS	81
13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	85
14. CERTIFICADO LEGAL DE CONTAS	115

Quadro 1: Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL)	21
Quadro 2: Evolução da Atividade de Fiscalização	25
Quadro 3: Evolução do Número de Lugares nos Parques de Estacionamento	27
Quadro 4: Movimentos nas Zonas de Acesso Automóvel Condicionado 2014	31
Quadro 5: Fluxos Financeiros Relacionados com as Coimas	32
Quadro 6: Dados ePark 2014	37
Quadro 7: Categorias Profissionais 2010-2014	52
Quadro 8: Movimentação Quadro Pessoal 2014	52
Quadro 9: Indicadores de Formação	53
Quadro 10: Investimento	62
Quadro 11: Proveitos Operacionais	66
Quadro 12: Distribuição de Gastos	66
Quadro 13: Demonstração de Resultados Sintética	67
Quadro 14: Indicadores Financeiros	67



ÍNDICE DE QUADROS

Gráfico 1: Evolução da RMLD e das Operações Apeadas em 2014 (MM12)	24
Gráfico 2: Evolução das Operações de Fiscalização 2011-2014	26
Gráfico 3: Distribuição Percentual das Receitas dos Parques (%) 2014	29
Gráfico 4: Evolução da Atividade de Contraordenações	33
Gráfico 5: Evolução do Número de Dísticos por Lugar	37
Gráfico 6: Evolução do Número de Dísticos e de Lugares	38
Gráfico 7: Evolução do Número de Dísticos e de Lugares nas Zonas Tarifa Amarela	38
Gráfico 8: Evolução do Número de Dísticos por Lugar nas Zonas Tarifa Amarela	39
Gráfico 9: Dístico por Lugar nas Zonas com Tarifa Amarela	39
Gráfico 10: Evolução do Número de Atendimentos	40
Gráfico 11: Peso dos Principais Proveitos Operacionais	41
Gráfico 12: Valor Orçamentado 2014 vs Gasto	53
Gráfico 13: Formação em Horas por Área de Formação 2014	53
Gráfico 14: Top 10 Ações de Formação 2014 em Horas	54
Gráfico 15: Top 10 Ações de Formação 2014 por Valor do Investimento	54
Gráfico 16: Top 10 Ações de Formação 2014 por Número de Formandos	55
Gráfico 17: Formação por Áreas Funcionais EMEL	55
Gráfico 18: Repartição do Investimento 2014	62



ÍNDICE DE GRÁFICOS



20 ANOS
A MOBILIZAR LISBOA

01

SUMÁRIO EXECUTIVO

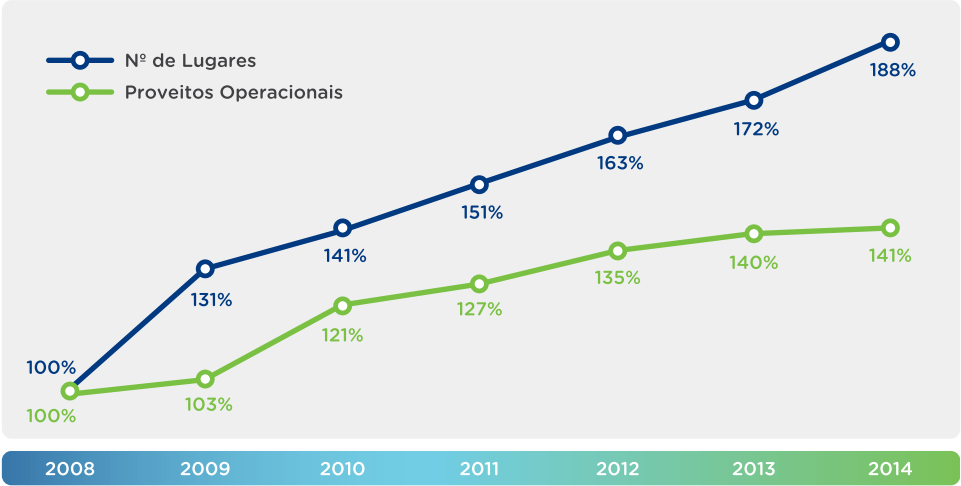
01 Sumário Executivo

A evolução recente da economia portuguesa insere-se num cenário de reduzido crescimento tendencial e correção de diversos desequilíbrios macroeconómicos.

O produto interno bruto terá crescido 0,90% em 2014, segundo as estimativas divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística. Em 2013, o PIB tinha-se reduzido em 1,60%, depois de, em 2012, se ter contraído 4,03%.

Apesar desta dificuldade da economia portuguesa em abandonar taxas de crescimento tão modestas, a EMEL tem conseguido prosseguir uma estratégia de expansão da atividade suportada, em larga medida, pelo aumento da produtividade e enfoque nos meios mais eficientes para o desenvolvimento da operação.

Indicadores Operacionais (2008 = 100%)



A expansão do número de lugares geridos pela empresa – mais 8,9% na via pública e 5,6% em parques de estacionamento, face a 2013 – a par com a maior efetividade da fiscalização, permitiram um acréscimo dos proveitos operacionais de 2,1%.

A expansão *on-street* socorreu-se de parquímetros mais evoluídos tecnologicamente, que permitem a obtenção de informação de uma forma centralizada e expedita. Os parques de estacionamento *off-street* também foram dotados com equipamentos que permitem a sua operacionalização centralizada.

Foi lançada em 2014 a aplicação móvel **ePark** que permite o pagamento do estacionamento de forma mais eficiente e confortável – a transação

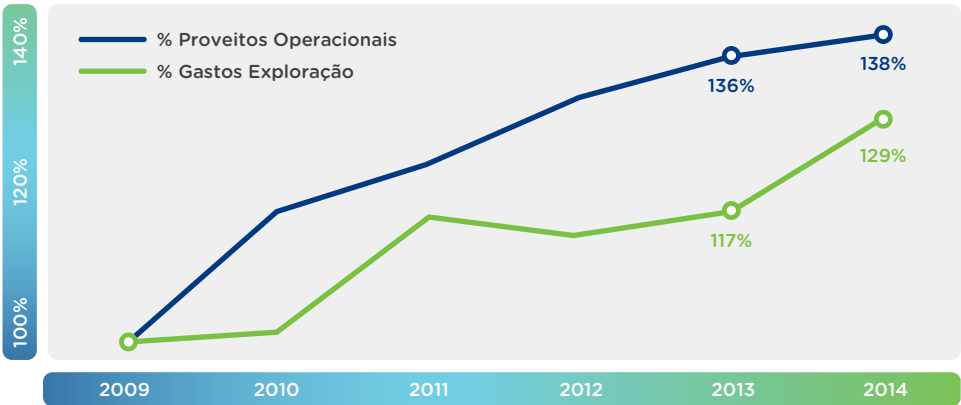
é desmaterializada, deixando de se exigir a deslocação ao parquímetro e o valor cobrado é função exata do tempo de estacionamento. Esta aplicação também traz vantagens do ponto de vista operacional ao permitir a fiscalização através da pesquisa de matrículas em bases de dados de pagamentos móveis, assegurando maior eficiência de processos e transparência no relacionamento com o cliente.

São apostas como estas que têm permitido o alargamento do número de lugares em exploração, sem necessidade de reforço do efetivo de fiscalização.

Nº de Lugares por fiscal	2011	2012	2013	2014
Nº de Lugares EMEL	24.229	27.754	29.920	33.980
Nº de Lugares Street Park	15.735	15.652	15.841	15.843
Nº Total de Lugares	40.727	43.406	45.761	49.823
Nº de Fiscais:	154	150	145	140
- dos quais fiscais apeados:	53	52	48	47
Nº de Lugares por fiscal apeado	768	835	953	1.060

Nota: o nº de lugares de 2011 foi corrigido pois não tinha incluído os lugares dos Bairros Históricos.

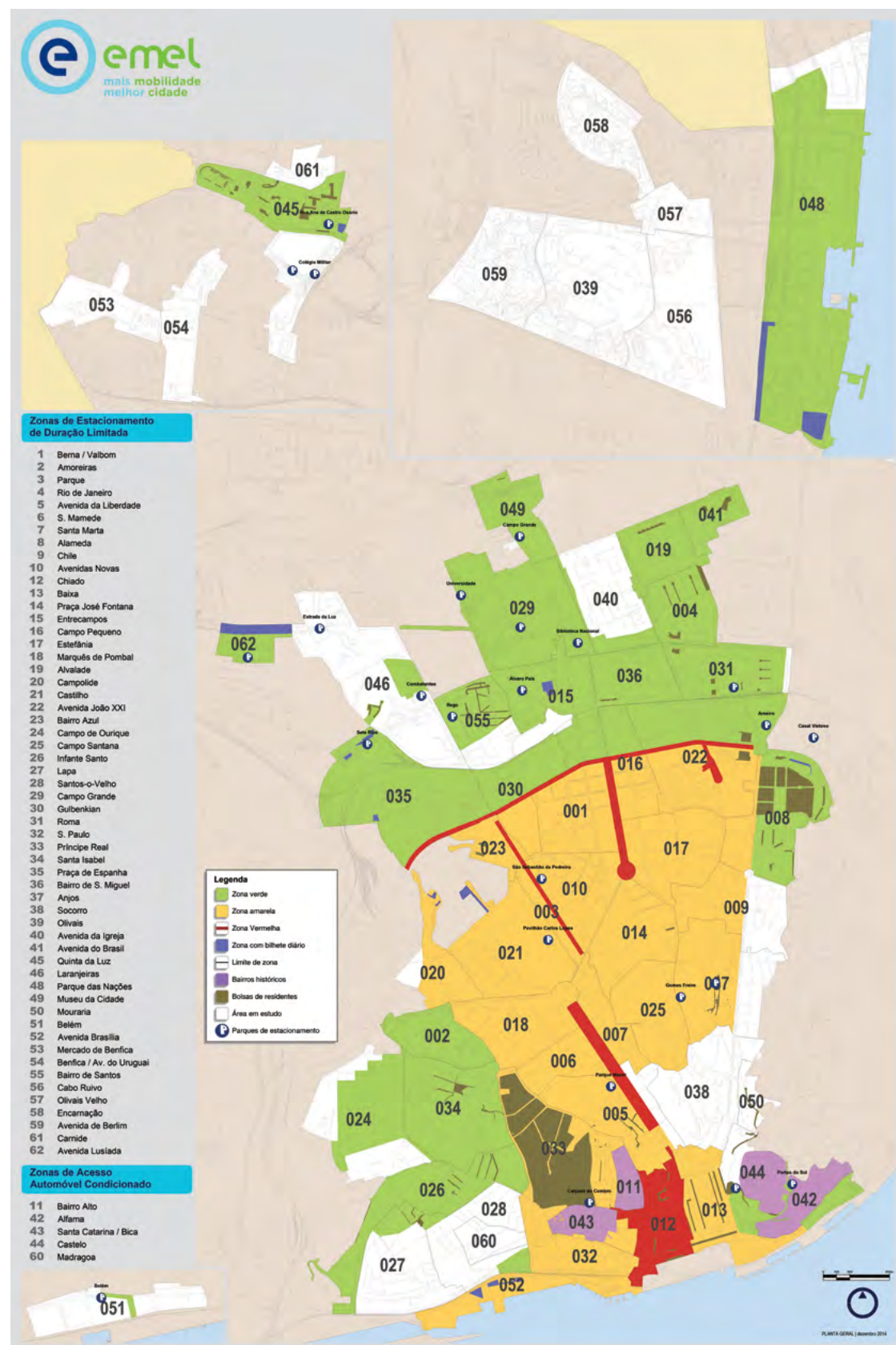
O crescimento da atividade tem vindo a ser acompanhado de um forte esforço de contenção de custos com todos os fatores de produção, viabilizando um diferencial positivo progressivamente crescente entre os ritmos de crescimento dos “proveitos operacionais” e dos “gastos”. Em 2014 manteve-se, embora de forma mais moderada, o crescimento dos rendimentos, mas também se assistiu a um aumento dos gastos, o que penalizou o resultado líquido do exercício.



Proveitos vs Gastos Índices de Base fixa 2009 = 100%

Apesar do abrandamento na capacidade de produção de resultados, a EMEL fortificou a sua posição financeira, abrindo boas perspetivas para a sua capacidade de investimento e de assunção de risco no longo prazo. Esta perspetiva sobre o futuro abarca a afirmação da empresa na área da mobilidade, onde emergem projetos desafiadores, e a projeção externa da empresa, expressa nas parcerias de cooperação que a EMEL desenvolve na Cidade da Praia e pretende estender a Maputo e Luanda.







02

ATIVIDADE DE
EXPLORAÇÃO E
FISCALIZAÇÃO



02 Atividade de Exploração e Fiscalização

O ano de 2014 foi um ano de continuidade da estratégia de crescimento do número de lugares de estacionamento em exploração, quer na via pública quer em parques, o que exigiu um relevante investimento em aquisição e instalação de equipamentos: 818.182 euros, o que representa mais de 46% do total de investimento realizado.

2.1 Oferta de Estacionamento na Via Pública

Expansão da Área de Estacionamento

Em 2014, a expansão da área de estacionamento gerida pela EMEL cifrou-se em mais 4.052 lugares (mais 9% face a 2013), dos quais 1.077 de residentes, distribuídos pelas seguintes zonas da Cidade:

- **Campolide (Zona 020)** mais 249 lugares, dos quais 69 com o modelo de bilhete diário e a colocação de 12 parquímetros;
- **Entrecampos (Zona 015)** mais 220, com o modelo de bilhete diário, envolvendo a colocação de 4 parquímetros;
- **Bairro de Santos (Zona 055)**, 1.029 lugares, dos quais 446 para residentes e a colocação de 27 parquímetros;
- **Infante Santo (Zona 026)** mais 13 lugares e 1 parquímetro;
- **Parque das Nações (Zona 048)**, extensão para sul, abrangendo 654 lugares, dos quais 31 com o modelo de bilhete diário e a colocação de 35 parquímetros;
- **Alameda (Zona 008)**, reativação e fecho de zona abrangendo 1.045 lugares, dos quais 89 com o modelo de bilhete diário e ainda 325 lugares para residentes, envolvendo a colocação de 30 parquímetros;
- **Avª Lusíada (Zona 062)**, fecho de zona abrangendo 62 lugares e a colocação de 2 parquímetros;
- **Anjos (Zona 037)** expansão de zona abrangendo 563 lugares, dos quais 125 como bolsa de residentes e a colocação de 20 parquímetros;
- **Museu da Cidade (Zona 049)** expansão, abrangendo 60 lugares, dos quais 24 para residentes e ainda a colocação de 2 parquímetros.

Adicionalmente, foram sinalizados como bolsa de residentes mais **157** lugares, nas Zonas 041- Avª Brasil, 044- Castelo, 050- Mouraria e 005- Avª Liberdade.

Foi ainda alterada a sinalização de estacionamento tarifado para bolsas exclusivas a residentes com dístico de Zona, abrangendo um total de **182** lugares de estacionamento, nas Zonas 004- Rio de Janeiro, 013- Baixa, 023- Bairro Azul e 036- Bairro de S. Miguel.

Foram também sinalizados mais **332** lugares em diversas Zonas, resultantes da conclusão de ocupações de via pública e de alterações de sinalização.

Ao longo de 2014 foram eliminados **322** lugares de estacionamento por motivos de: i) obras; ii) parques de motos; e iii) alterações de circulação e de sinalização diversa (parques privativos, cargas e descargas, tomadas e largadas de passageiros) promovidos pela CML.

Considerando todos os efeitos com impacto sobre a oferta de lugares, a EMEL chega ao final de 2014 com **49.823** lugares de estacionamento na via pública, número que reflete um aumento de **4.062** lugares face a 2013. Estes lugares são distribuídos pelas seguintes Zonas:

Zona	Bairros Históricos	2013						2014					
		Lugares	Parq.	Resid.	Com.	Dísticos	Rácio	Lugares	Parq.	Resid.	Com.	Dísticos	Rácio
1	Berna/Valbom	1.647	75	1.813	110	1.923	1,17	1.643	75	1.879	131	2.010	1,22
2	Amoreiras	426	22	404	17	421	0,99	455	22	420	20	440	0,97
3	Parque	435	22	267	49	316	0,73	435	22	304	60	364	0,84
4	Rio de Janeiro	1.035	34	1.292	9	1.301	1,26	1.035	30	1.342	13	1.355	1,31
5	Av. Liberdade	778	46	628	63	691	0,89	782	46	643	73	716	0,92
6	S. Mamede	567	34	352	36	388	0,68	562	34	353	44	397	0,71
7	Santa Marta	443	25	445	26	471	1,06	443	25	451	30	481	1,09
8	Alameda	1.613	58	2.426	42	2.468	1,53	2.636	87	3.386	64	3.450	1,31
9	Chile	1.011	41	1.386	14	1.400	1,38	1.011	41	1.482	21	1.503	1,49
10	Av. Novas	1.595	76	1.244	105	1.349	0,85	1.595	76	1.304	132	1.436	0,90
11	Chiado	549	33	477	82	559	1,02	564	31	491	106	597	1,06
12	Baixa	783	28	819	57	876	1,12	766	28	747	70	817	1,07
13	Pç. J. Fontana	949	42	1.053	48	1.101	1,16	960	43	1.086	53	1.139	1,19
14	Entrecampos	1.594	58	902	35	937	0,59	1.834	62	1.057	39	1.096	0,60
15	Campo Peq.	1.017	36	1.156	34	1.190	1,17	1.018	36	1.252	40	1.292	1,27
16	Estefânia	1.309	57	1.479	59	1.538	1,17	1.310	57	1.540	66	1.606	1,23
17	Marq. Pombal	841	38	993	69	1.062	1,26	845	39	1.056	76	1.132	1,34
18	Alvalade	1.169	39	1.010	56	1.066	0,91	1.167	39	1.041	60	1.101	0,94
19	Campolide	223	9	272	7	279	1,25	469	21	486	11	497	1,06
20	Castilho	1.255	40	805	48	853	0,68	1.255	40	819	51	870	0,69
21	João XXI	3.613	133	3.843	91	3.934	1,09	3.611	133	3.981	100	4.081	1,13
22	Bairro Azul	669	21	730	31	761	1,14	669	21	754	40	794	1,19
24	Campo Ourique	2.158	108	4.154	53	4.207	1,95	2.157	108	4.247	61	4.308	2,00
25	Campo Santana	848	38	1.146	16	1.162	1,37	847	38	1.185	16	1.201	1,42
26	Infante Santo	1.418	56	2.122	31	2.153	1,52	1.432	57	2.261	36	2.297	1,60
27	Lapa	351	9	392	7	399	1,14	351	9	431	9	440	1,25
28	Santos	132	7	224	16	240	1,82	132	7	278	19	297	2,25
28	Campo Grande	475	21	157	9	166	0,35	475	21	96	6	102	0,21
30	Gulbenkian	508	19	374	24	398	0,78	508	19	388	25	413	0,81
31	Roma	1.487	56	2.077	51	2.128	1,43	1.494	56	2.189	48	2.237	1,50
32	São Paulo	923	38	650	73	723	0,78	916	38	666	82	748	0,82

Quadro 1
Zonas de
Estacionamento
de Duração
Limitada (ZEDL)



Zona	Bairros Históricos	2013						2014					
		Lugares	Parq.	Resid.	Com.	Disticos	Rácio	Lugares	Parq.	Resid.	Com.	Disticos	Rácio
33	Príncipe Real	1.380	46	2.617	83	2.700	1,96	1.381	46	2.634	86	2.720	1,97
34	Santa Isabel	1.079	48	1.782	28	1.810	1,68	1.078	48	1.834	28	1.862	1,73
35	Praça Espanha	1.217	45	687	20	707	0,58	1.226	46	725	26	751	0,61
36	Bairro S. Miguel	1.021	29	1.378	11	1.389	1,36	1.021	29	1.439	13	1.452	1,42
37	Anjos	557	22	767	8	775	1,39	1.105	42	1.096	31	1.127	1,02
40	Igreja	574	20	807	15	822	1,43	573	20	870	20	890	1,55
41	Av. Brasil	939	32	902	22	924	0,98	973	32	975	21	996	1,02
44	Castelo	0	0			0	0,00	56	0	119	2	121	2,16
45	Quinta da Luz	1.891	30	2.000	3	2.003	1,06	1.892	30	2.036	3	2.039	1,08
46	Laranjeiras	449	11			0	0,00	449	11	257	19	276	0,61
48	Parque Nações	1.754	98	519	16	535	0,31	2.410	133	952	25	977	0,41
49	Museu da Cidade	226	12	65	3	68	0,30	287	14	106	5	111	0,39
50	Mouraria	0	0			0	0,00	65	0	222	2	224	3,45
51	Belém	129	4			0	0,00	123	4	48	10	58	0,47
55	Bairro de Santos	0	0			0	0,00	1.015	27	1.256	33	1.289	1,27
62	Av Lusíada	610	22			0	0,00	672	24	105	3	108	0,16
Sub Total		43.647	1.738	46.616	1.577	48.193	1,10	47.703	1.867	52.289	1.929	54.218	1,14

Zona	Bairros Históricos	2013						2014					
		Lugares	Parq.	Resid.	Com.	Disticos	Rácio	Lugares	Parq.	Resid.	Com.	Disticos	Rácio
11	Bairro Alto	111	0	520	78	598	5,4	111	0	323	69	392	3,5
42	Alfama	215	0	733	54	787	3,7	215	0	522	63	585	2,7
43	Stª. Catarina	93	0	660	23	683	7,3	93	0	433	17	450	4,8
44	Castelo	149	0	721	31	752	5,0	152	0	311	23	334	2,2
Sub Total		568	0	2.634	186	2.820	5,0	571	0	1.589	172	1.761	3,1

Zona	Contratos Particulares de Exploração	2013						2014					
		Lugares	Parq.	Resid.	Com.	Disticos	Rácio	Lugares	Parq.	Resid.	Com.	Disticos	Rácio
21	Palácio Justiça	296	5			0	0	296	5			0	0
29	C. Universitária	453	23			0	0	456	23			0	0
52	Av. Brasília	797	20			0	0	797	20			0	0
Sub Total		1.546	48	0	0	0	0	1.549	48	0	0	0	0
Total		45.761	1.786	49.250	1.763	51.013	1,11	49.823	1.915	53.878	2.101	55.979	1,12

Elaboração de Estudos e Projetos

Foram elaborados estudos e projetos de layout em diferentes Zonas da via pública na área em exploração e de expansão e em parques de estacionamento, nomeadamente:

- Travessa do Maldonado;
- Rua Santo António dos Capuchos/Rua do Passadiço;
- Campo Grande/Quinta das Confeiteiras;
- Alcântara;
- Apoio ao concurso de conceção de um parque de estacionamento no Bairro Alto.

Atualização Cadastral e Migração de Dados

Procedeu-se à contínua atualização do cadastro digital das Zonas de intervenção da EMEL na Cidade de Lisboa e foi, durante o ano, desenvolvido todo o processo de migração dos dados de cadastro para o sistema de informação geográfica e a avaliação da funcionalidade da nova plataforma OPERA, na vertente Cadastro e Brigada.

Manutenção de Equipamentos

Para além do investimento dirigido à expansão da oferta de lugares de estacionamento geridos, e de algumas intervenções pontuais de conservação e qualificação do espaço público, o principal esforço centrou-se na manutenção dos equipamentos (pilaretes e calçadas), na transferência e remoção de diversos parquímetros e ainda na manutenção/colocação de sinalização, quer vertical, quer horizontal, em todas as Zonas EMEL. Assim:

- I. Procedeu-se ao reforço da pintura de **925** lugares de estacionamento em diversas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, ao que se adicionaram 1.360 metros lineares de pintura de eixos e guias em Parques ou junto destes;
- II. Efetuaram-se alterações de sinalização vertical em diversas Zonas em exploração, devido a reajustamento das bolsas de estacionamento tarifado, por motivo de obras e alteração de circulação e de sinalização diversa (parques privativos, cargas e descargas, tomadas e largadas de passageiros) promovidas pela CML.

2.2 Atividade de Fiscalização

Gestão do Estacionamento

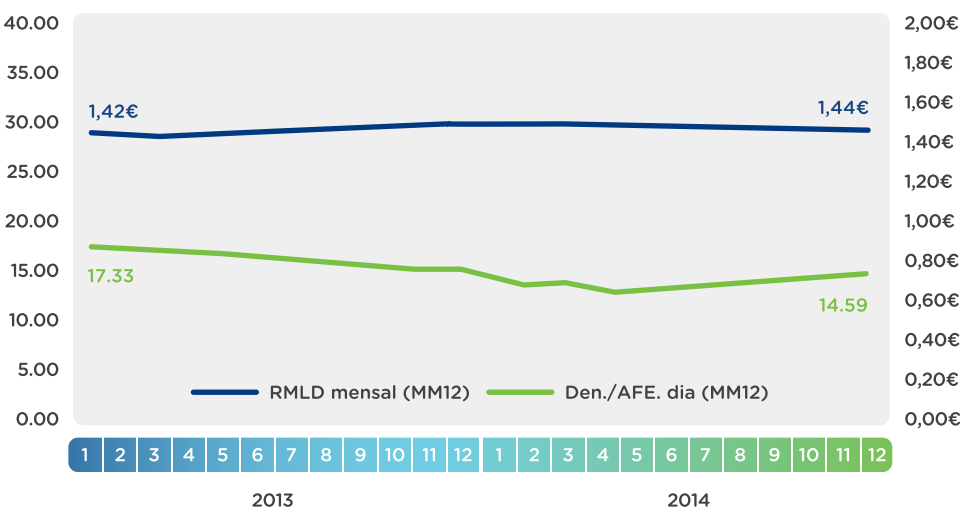
A estratégia seguida nos últimos anos de introdução de novos métodos de fiscalização e de gestão de estacionamento, a par do investimento em inovação tecnológica, tem permitido a expansão da área gerida (aumento do número de lugares de 9% face a 2013) sem aumento do efetivo de fiscalização no terreno. Apesar do forte crescimento da área gerida verificado nos últimos 5 anos, que quase duplicou em número de lugares em exploração, a tendência que se verifica no número de agentes de fiscalização é de uma progressiva redução de ano para ano.

Além disso, ao longo de 2014 diversificaram-se as necessidades de agentes de fiscalização, uma vez que a EMEL assumiu novas formas de fiscalização, designadamente a fiscalização em horário noturno nas Zonas correspondentes a Carnide e ao centro histórico da cidade.

Não obstante, tem sido possível manter, tal como nos últimos anos, ganhos de produtividade na atividade de fiscalização e uma maior receita global proveniente dos parquímetros.



Gráfico 1
Evolução da RMLD e das Operações Apeadas em 2014 (MM12)



No gráfico anterior apresenta-se a evolução da Receita Média por Lugar e Por Dia de Exploração (RMLD), e a evolução do número de denúncias efetuadas, por fiscal e por dia. Ambos os indicadores são apresentados com base no cálculo da média móvel considerando doze meses (MM12), de forma a diluir os efeitos de sazonalidade inerentes a cada mês.

É possível constatar uma tendência de aumento da RMLD, em contraponto com a redução do número de denúncias, ambos associados a uma diminuição da taxa média de incumprimento na cidade.

Esta melhoria dos indicadores baseia-se num maior respeito pelas regras de estacionamento, o que se verifica tanto no espaço tarifado como fora deste, fortalecendo-se a capacidade de indução ao pagamento voluntário do estacionamento com o impacto daí resultante na tendência da RMLD já referida. Por outro lado, esta tem sido penalizada pela expansão da exploração para áreas de tarifa mais reduzida, contribuindo portanto para um decréscimo da média quando considerada a receita por lugar.

Também com impacto negativo sobre a RMLD, podem apontar-se os resultados das ações de caracterização de estacionamento realizadas por parte da EMEL, que têm evidenciado um aumento crescente do número de dísticos de residente, que abarcam uma percentagem muito significativa da ocupação dos lugares de estacionamento na via pública, cifrando-se atualmente em cerca de 44%.

Em suma, a ação fiscalizadora da EMEL caracterizou-se por uma redução significativa do número de denúncias emitidas o que, considerando em paralelo o aumento da RMLD, demonstra que a atividade de fiscalização continua a ser bastante efetiva e que está a ser efetuado o respetivo pagamento do estacionamento na via pública.

Ainda neste ano, ocorreu uma canalização de esforços em privilégio das equipas de bloqueadores, tentando-se explorar a maior eficiência da fiscalização motorizada face à apeada, o que possibilitou que o decréscimo verificado nos bloqueios e remoções fosse menos pronunciado do que o que se observou nas restantes ações de *enforcement*.

O quadro e gráfico seguintes apresentam a evolução dos indicadores operacionais anuais da atividade de fiscalização exercida pela empresa, no período de 2011 a 2014.

	2011	2012	2013	2014
Avisos Spark	907.053	874.746	698.599	611.461
Denúncias + Avisos EMEL	279.743	250.260	212.204	168.395
Desbloqueamentos	25.977	31.960	30.777	29.480
Remoções	7.524	9.085	10.260	9.950

Quadro 2
Evolução da Atividade de Fiscalização

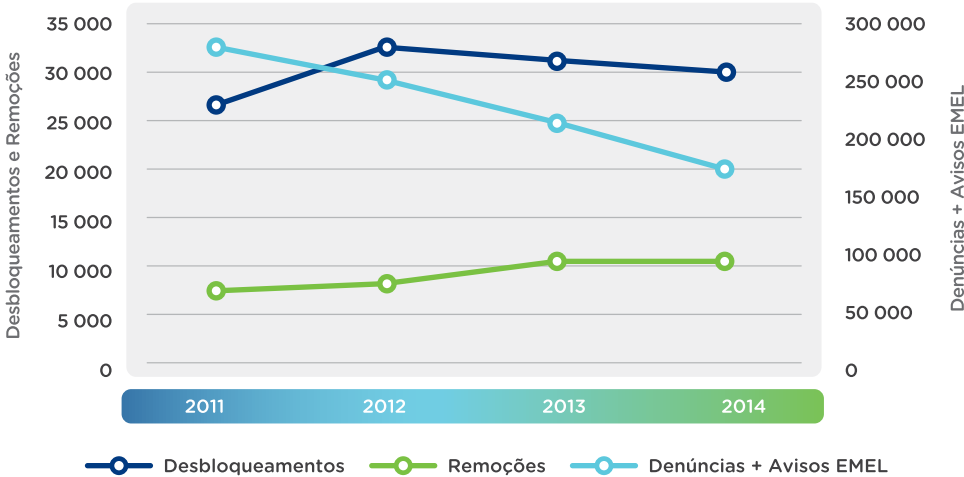


Gráfico 2
Evolução das Operações de Fiscalização 2011 - 2014

A crescente eficácia do processo contraordenacional, acompanhada pela maior efetividade da fiscalização contribuíram para incrementar a atitude de pagamento por parte dos clientes.

Em 2014, a par da expansão geográfica, continuou-se com a introdução de novos parquímetros, mais modernos e evoluídos que possibilitam, nomeadamente, a diversificação dos meios de pagamento e a centralização da informação das vendas, fundamental a uma gestão eficiente dos meios de fiscalização.

No futuro imediato, a empresa enfrentará ainda um poderoso desafio de produtividade, que determina as opções por novas tecnologias de fiscalização menos intensivas em pessoal, que deverão ser testadas ao longo do segundo semestre de 2015 - o OPERA, sistema que irá gerir, de forma integrada, a atividade de fiscalização, as suas áreas de suporte e ainda o processo contraordenacional.

As opções por novas tecnologias de fiscalização delineadas para 2014 encontraram como seu ponto mais visível a introdução do sistema de pagamento por telemóvel, denominado ePark. A fiscalização socorre-se agora da pesquisa de matrículas em bases de dados de pagamentos móveis, mas também de dísticos, em processos cada vez mais



desmaterializados, eficientes e que proporcionam maior clareza na relação com o cliente. Com mais de seis meses volvidos desde a sua introdução e divulgação inicial, o ePark revelou-se como aposta de grande sucesso, representando atualmente quase 10% do total da receita de estacionamento na via pública.

Gestão de Frota

A 31 de dezembro de 2014 a frota da EMEL era composta por 57 viaturas e 19 motociclos. Ao longo do ano, prosseguindo o esforço de modernização da frota da empresa e tendo em conta a orientação para uma frota mais “limpa”, foi adquirida para os serviços operacionais uma viatura 100% elétrica. Neste âmbito de viaturas “limpas ou mais limpas”, a EMEL chega ao final de 2014 com sete viaturas 100% elétricas, três viaturas híbridas e dois motociclos 100% elétricos.

Parquímetros

Durante o ano de 2014 não foi possível efetuar substituições de equipamentos velhos por novos. Os parquímetros novos foram colocados em novas áreas que entraram em exploração, no total de 130 máquinas. Assim, os parquímetros com mais de 10 anos de serviço passaram de 55% (a 1 de Janeiro de 2014) para 49% (a 31 de Dezembro de 2014).

O rácio de Técnico manutenção/parquímetro passou de 1 técnico de manutenção para 207 parquímetros no início do ano, para 1 técnico de manutenção para 233 parquímetros no final de 2014.

No que respeita ao número de avarias nos parquímetros assistiu-se a uma diminuição sensível em 2014, de 21.433 contra 24.880 em 2013. Estes valores representam em média 86 avarias por dia de exploração durante o ano de 2014, contra 100 avarias por dia de exploração durante o ano de 2013. Ainda mais acentuada foi a redução verificada nos atos de vandalismo, tendo-se passado de 91 atos de vandalismo por mês no ano de 2013, para 66 atos de vandalismo por mês em 2014.

Todos estes fatores – rejuvenescimento do parque de máquinas, redução do rácio Técnico de manutenção/parquímetro e diminuição do número de avarias e atos de vandalismo – concorreram para a melhoria, superior a 18%, do custo médio por dia de exploração/máquina, que passou de 1,69 euros em 2013 para 1,38 euros em 2014.

Por outro lado, se entrar em consideração o tempo de inoperacionalidade, pode afirmar-se que estas melhorias se traduziram em reais ganhos de eficiência: a Taxa de inoperacionalidade (indicador que confronta o valor médio do tempo de inoperacionalidade dos equipamentos com o número de horas de exploração) desceu de 1,67% em 2013 para 1,54% em 2014.

2.3
Oferta de Estacionamento em Parques

Evolução dos Lugares Disponíveis

Seguindo a linha orientadora da EMEL na procura de soluções de estacionamento fora da via pública, no ano de 2014 registou-se um aumento da oferta de lugares de estacionamento em parques em cerca de 5,5%, correspondendo a mais 238 lugares.

Este crescimento deveu-se à abertura, em junho de 2014, do parque do Rego, o que a par do alargamento da área de fiscalização de estacionamento na via pública, permitiu criar melhores condições de mobilidade a moradores e visitantes dessa zona.

Quadro 3
Evolução do
Número de Lugares
nos Parques de
Estacionamento
2010 - 2014

	2010	2011	2012	2013	2014
Avenida Lusíada	92	92	92	92	92
Areeiro	180	180	180	180	180
Universidade	225	225	225	225	225
Biblioteca Nacional	117	117	117	117	117
Sete Rios	110	110	110	110	110
Avenida do Colégio Militar	415	415	415	415	415
Largo do Corpo Santo	112	112	112	--	--
Pavilhão Carlos Lopes	218	218	218	218	218
Estrada da Luz	98	98	98	98	98
Rua Gomes Freire	130	130	130	125	125
Avenida Álvaro Pais	255	255	255	255	255
Avenida dos Combatentes	155	155	155	155	155
Calçada do Combro	250	250	250	250	250
Campo Grande	196	196	196	196	196
Parque Mayer	130	140	140	90	90
Portas do Sol	150	150	150	150	150
Rua Teixeira de Pascoais	108	108	108	108	108
Mercado Chão do Loureiro	--	196	196	196	196
Complexo do Casal Vistoso	--	156	156	138	138
Santos-Rio	--	207	--	--	--
Reitoria - Cidade Universitária	--	--	629	629	629
Belém I	--	--	--	76	76
Alto dos Moinhos	--	--	--	279	279
Rego					238
Largo de São Sebastião	--	--	--	28	28
Ana de Castro Osório	--	--	--	79	79
Santa Barbara	18	18	18	18	18
TOTAL	2.959	3.528	3.950	4.227	4.465





Renovação e Modernização

Outro aspeto chave da estratégia de desenvolvimento da EMEL tem sido a modernização dos Parques de estacionamento e a otimização da forma como estes são geridos.

Em 2014, na sequência de concursos iniciados no ano anterior, deu-se início a vários processos de implementação de equipamentos e infraestruturas que representam um valor global acima dos 1,1 milhões de euros e que procuram dar seguimento à dinamização tecnológica em curso na empresa.

Com um valor de investimento de cerca de 670 mil euros, e dando continuidade ao projeto-piloto já implementado na Calçada do Combro, concretizou-se o processo de expansão da centralização dos parques de estacionamento, o que veio trazer condições para, a partir do início de 2015, se fazer a gestão operacional dos parques, bem como toda a monitorização de eventos e alarmes, a partir de um centro de controlo remoto.

Esta alteração na forma de encarar e gerir os parques resultará, em 2015, numa enorme poupança de custos com pessoal, ao mesmo tempo que permitirá o alargamento dos horários de funcionamento, cujo impacto será visível do lado das receitas.

De forma a alicerçar o projeto da centralização, e representando um investimento aproximado de 400 mil euros, foi finalizado o concurso para a substituição de equipamentos de gestão dos parques e dado início à substituição daqueles cujo tempo de vida médio se situava acima dos 10 anos.

Esta renovação permite criar condições para a exploração dos parques de modo mais eficiente, com menos necessidades de manutenção corretiva, bem como desenvolver integrações com outros sistemas de gestão, informação e *reporting* da empresa, permitindo assim um acompanhamento integrado, e em tempo real, da atividade da direção de parques.

Este investimento pretende também dar resposta à necessidade de alargar a novas localizações a utilização do cartão VivaParking - cartão de estacionamento pré-pago da EMEL para utilização em parques e parquímetros - e criar novas condições de ofertas integradas nos parques e no universo da empresa.

A atenção da empresa, durante 2014, centrou-se igualmente no projeto de renovação da imagem dos parques de estacionamento. A primeira face visível já existe e pode ser vista no trabalho efetuado no parque das Portas do Sol.

Deste modo, existe uma base para, no decurso de 2015, tornar todos os parques homogéneos e uniformes na sua identificação enquanto parques da EMEL, permitindo fortalecer a relação da empresa com o Cliente, que é um dos grandes objetivos para o ano de 2015.

Adicionalmente, durante o ano de 2014 foi efetuado um rejuvenescimento dos equipamentos de controlo de acessos, sendo substituídos os equipamentos de controlo de acessos dos parques de estacionamento da Avenida Lusíada, Colégio Militar, Sete Rios, Combatente e Calçada do Combro.

Receitas

Em 2014, o parque da Calçada do Combro e o parque do Chão de Loureiro foram os que mais contribuíram, em termos percentuais, para as receitas afetas aos parques de estacionamento.

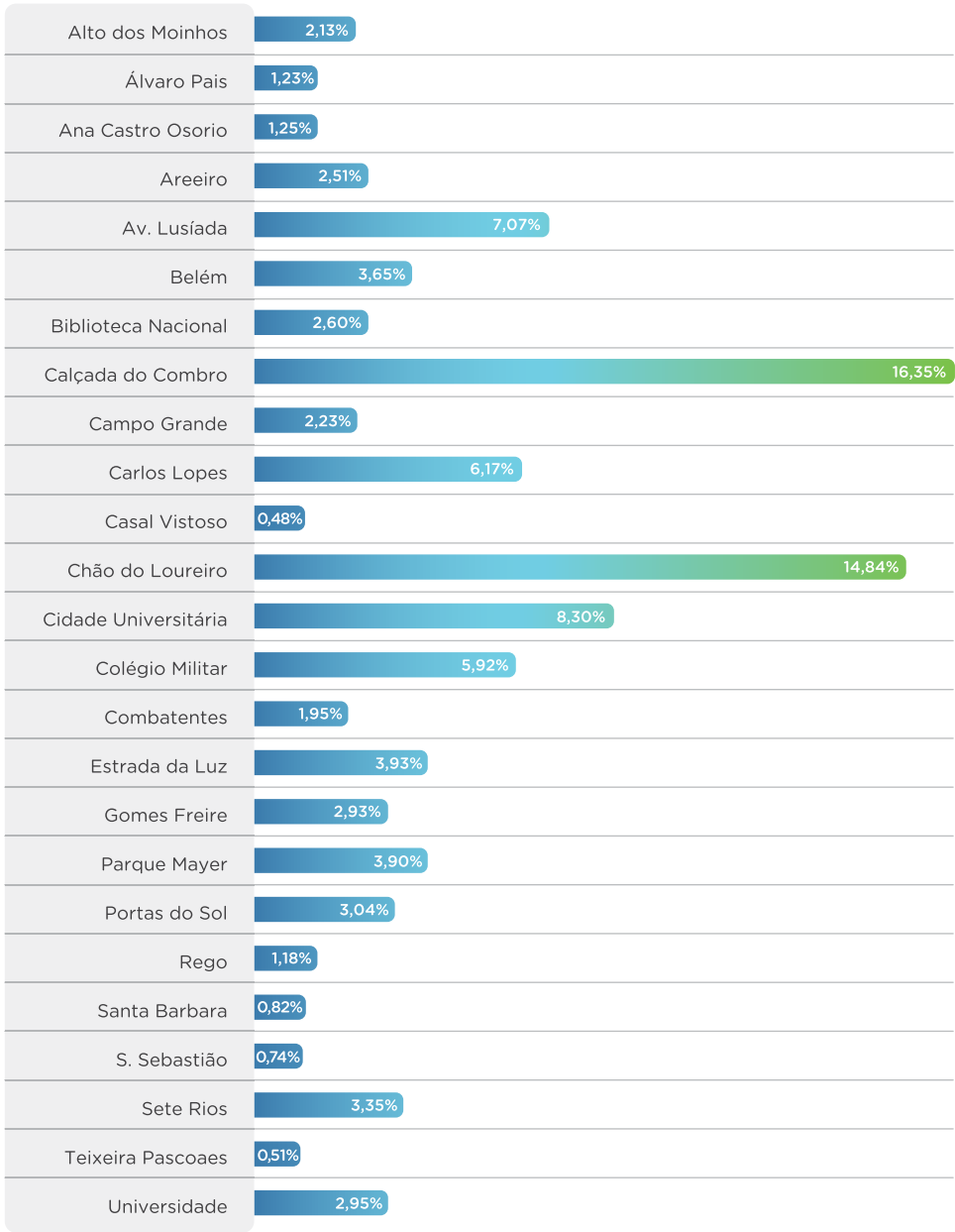


Gráfico 3
Distribuição
Percentual
das Receitas
dos Parques
(%) 2014



Importa também referir a importância do peso das receitas resultantes dos arrendamentos de espaços comerciais existentes em alguns parques (Chão do Loureiro, Portas do Sol e Calçada do Combro). As receitas daqui resultantes, tanto diretas (rendas), como indiretas (aumento da rotação), devem ser vistas como fundamentais para a valorização e rentabilização do forte investimento previsto para a construção dos novos parques de estacionamento nos próximos anos.

2.4
Zonas de Acesso
Automóvel Condicionado
(ZAAC) e Túnel

Zonas de Acesso Automóvel Condicionado

O aumento da pressão exercida pelo automóvel nas condições de acessibilidade e mobilidade na cidade de Lisboa, fenómeno a que temos vindo a assistir nas últimas décadas, obrigaram a que se adotassem medidas de acalmia, regulação e ordenamento da circulação e estacionamento automóvel, em particular nas zonas históricas.

Considerando a malha urbana que caracteriza as zonas históricas, com ruas estreitas, de difícil acesso, e o estacionamento desordenado que aí se verifica, impõe-se a contínua adoção de medidas, intervindo diretamente no território, para que aumentem as condições de segurança e mobilidade nestes locais por forma a garantir que não se repitam na cidade situações semelhantes à do incêndio do Chiado em 1988, em que os meios de socorro enfrentaram enormes dificuldades para chegar ao local.

O poder político tomou, a partir de então, consciência da necessidade de limitar o acesso automóvel às zonas históricas, de modo a devolver ao espaço público as condições de segurança e a capacidade de resposta a situações de emergência, através da introdução de instrumentos de controlo da acessibilidade e mobilidade.

Esta missão foi atribuída à EMEL e, em dezembro 2002, assistimos à inauguração da primeira Zona de Acesso Automóvel Condicionado na cidade de Lisboa - Bairro Alto, com um sistema de controlo de acessos pioneiro e inovador.

A EMEL adotou esta solução, estendendo-a faseadamente a outras zonas da cidade - Bairros da Bica e Santa Catarina, Alfama e Castelo - tendo sido sempre, até à data, a entidade responsável pela sua gestão e manutenção.

É importante ressaltar a estreita relação que existe entre as juntas de freguesia locais, e a EMEL, como aspeto importante na gestão deste sistema condicionado, garantindo a uniformidade de procedimentos com objetivos focados na obtenção de resultados que vão ao encontro do munícipe, assim como do regulamento municipal, prestando um serviço público próximo do cidadão.

Atualmente, existe um projeto de migração do centro de controlo operacional para as juntas de freguesia das zonas de acesso automóvel condicionado nos moldes que vierem a ser definidos.

A atual gestão dos Bairros Históricos é de alguma forma a combinação das limitações existentes, do conhecimento empírico da realidade de cada Bairro Histórico, e da experiência acumulada ao longo dos anos.

O sistema de controlo de acessos implementado visa melhorar a acessibilidade, a circulação, e o estacionamento dos cidadãos que realmente necessitam de aceder ao interior das zonas delimitadas, criando desta forma as condições essenciais de mobilidade e assegurando com qualidade e responsabilidade a utilização do espaço público pelos residentes e utilizadores.

A atividade de gestão dos Bairros Históricos caracterizou-se pelos indicadores que constam no quadro seguinte.

ENTRADAS					
Bairro	Acionado pelo operador		Acionado pelo utilizador		Total
Alfama	78.135	55%	64.375	45%	142.510
Bairro Alto	64.195	54%	55.349	46%	119.544
Castelo	50.634	51%	48.277	49%	98.911
Sta. Catarina/Bica	35.460	64%	19.913	36%	55.373
Total	228.424	55%	187.914	45%	416.338

SAÍDAS					
Bairro	Acionado pelo operador		Acionado pelo utilizador		Total
Alfama	3.042	4,8%	59.919	95%	62.961
Bairro Alto	193	0,5%	40.245	100%	40.438
Castelo	403	0,8%	47.180	99%	47.583
Sta. Catarina/Bica	77	0,3%	27.450	100%	27.527
Total	3.715	2%	174.794	98%	178.509

	2011	2012	2013	2014
Entradas	1.255.251	1.697.580	576.900	416.338
Saídas	1.251.474	1.542.192	222.744	178.509
Acidentes	939	959	934	806

Quadro 4
Movimentos
nas Zonas
de Acesso
Automóvel
Condicionado
2014

Ao longo dos anos, tem-se assistido a uma redução das entradas e saídas nos Bairros Históricos. Em 2014, a redução foi de quase 30% nas entradas e de 20% nas saídas, face a 2013.

Túnel

A EMEL promoveu uma auditoria às instalações e ao funcionamento dos



sistemas e equipamentos instalados no túnel da Av. João XXI, da qual resultou a produção de um relatório técnico. A metodologia aplicada na elaboração do relatório em questão baseou-se nos processos usuais em situações similares, ou seja, recolha de informação local e análise de dados disponíveis.

Com base neste relatório, foi possível apresentar uma estimativa do custo de: i) reparação dos sistemas e equipamentos instalados; ii) colocação em funcionamento de todos os sistemas; e iii) operacionalização de todos os meios necessários para a integração dos sistemas na plataforma de gestão centralizada do Centro de Controlo Operacional (CCO) da EMEL, por forma a permitir a transmissão, monitorização e o controlo dos sistemas no centro de controlo local e no CCO.

Por forma a otimizar e maximizar o funcionamento deste túnel, a EMEL encontra-se a estudar e a avaliar a melhor forma de iniciar este projeto de melhoria estrutural com a maior brevidade possível, tendo em conta as necessidades humanas envolvidas, as quais é imperativo ter em conta.

2.5
Atividade
Contraordenacional

Após dois anos de organização, automatização e recuperação de processos – 2012 e 2013 – o ano de 2014 pode descrever-se como um ano de estabilização e funcionamento normal, no que respeita ao trabalho desenvolvido pela EMEL no âmbito das suas obrigações no processo contraordenacional.

De facto, no seguimento de uma política de alteração de orgânicas e de procedimentos internos, que se compatibilizaram com a externalização de alguns passos do processo contraordenacional, de que são exemplos a impressão e o envio de notificações de contraordenações aos infratores, bem como a melhoria das ferramentas informáticas e o estreitamento de relações com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), a área de contraordenações da empresa está hoje mais apta a desenvolver a sua atividade de processamento de contraordenações e respetiva notificação dos arguidos, de uma forma mais célere e eficaz.

Quadro 5
Fluxos Financeiros
Relacionados
com as Coimas
(Euros)

	2011	2012	2013	2014
Valor entregue pela ANSR à EMEL	129.721	48.524	352.441	154.147
Valor entregue pela EMEL à ANSR	202.522	607.096	275.163	339.540
Valor entregue pela EMEL ao IGCP	708.817	1.969.429	963.093	1090.759

Em 2014, o valor cobrado pela EMEL em contraordenações foi cerca de 2,6 milhões de euros, cerca de 400.000 euros abaixo do valor registado em 2013, o que revela a importância do sistema de controlo adotado.

Também o volume global de recursos provenientes das coimas que a EMEL transfere para o Estado central caiu relativamente a 2013, tendo-se cifrado em 1,43 milhões de euros.

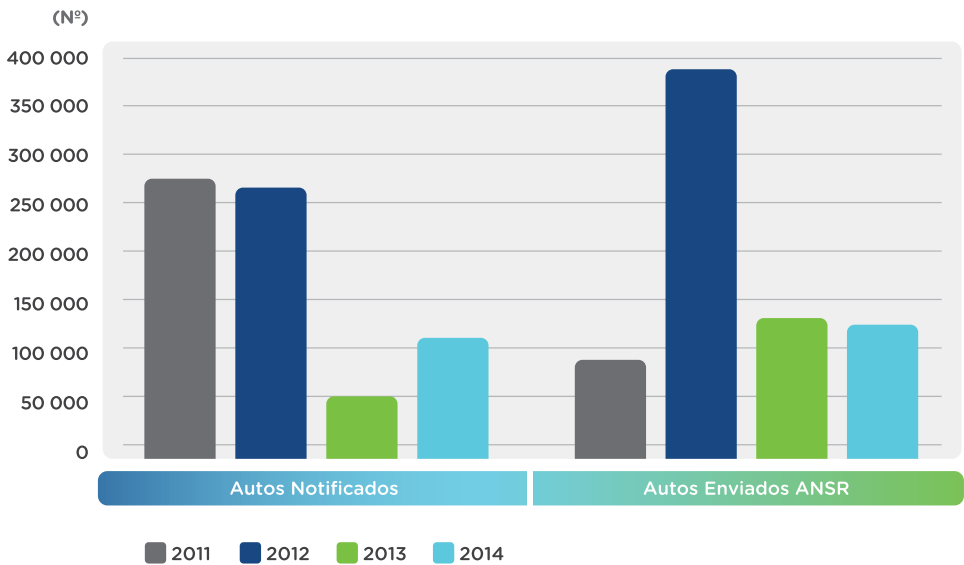


Gráfico 4
Evolução da
Atividade de
Contraordenações





03

ATIVIDADE
COMERCIAL
E PROVEITOS



03 Atividade Comercial e Proveitos

3.1 Principais Aspetos da Atividade Comercial, Marketing e Comunicação

Lançamento da Aplicação ePark

Foi lançada em meados de 2014 a *app ePark* que consiste numa aplicação (disponível nos sistemas operativos Android, iOS e Windows Phone) que permite, de uma forma muito rápida e cómoda, realizar o pagamento de estacionamento através de dispositivos móveis, designadamente smartphones. Após registo, o utilizador pode, literalmente, iniciar um estacionamento em segundos, ganhando funcionalidades antes inexistentes, tais como prolongar o estacionamento para um período superior ou terminar um estacionamento com retorno do montante não utilizado.

Trata-se, portanto, de um serviço direto ao cidadão para gestão de estacionamentos e, encontrando-se interligado com a plataforma de pagamentos móveis, permite que os respetivos estacionamentos sejam facilmente fiscalizados – em tempo real – sem qualquer perda de eficiência. O sistema foi desde logo pensado para poder funcionar em diferentes municípios, aplicando diferentes produtos e tarifas adequadas aos objetivos estratégicos e gestão de meios de cada operação. Adicionalmente, a experiência obtida pela dimensão da procura na cidade de Lisboa, permite que outros municípios possam beneficiar de uma solução testada e experimentada diariamente por milhares de utilizadores, resistente à natural evolução e expansão dos sistemas de estacionamento destes municípios, com a oferta de 10 euros em saldo **ePark** a clientes pioneiros que se inscrevessem até final de setembro, a *app ePark* foi testada por cerca de 14.000 utilizadores na fase experimental.

Após esse período, todos os números relacionados com a aplicação (inscrição, utilização e pagamentos) têm aumentado de forma progressiva e sustentada, transmitindo a clara imagem de que é uma solução necessária e desejada.

Como principais vantagens têm sido destacadas a facilidade e conforto da utilização e a possibilidade de pagar o tempo exato de estacionamento. Também na comunicação social, a aplicação **ePark** obteve destaque e

foi apresentada em alguns meios como uma das 10 melhores aplicações lançadas em 2014.

	Quantidade	Valor (€)
Oferta/Cortesia	13.930	139.295,00€
Carregamentos	16.891	228.328,82€
Estacionamentos	172.179	219.711,44€
Total Utilizadores	28.732	

Emissão de Dísticos

Como já foi aflorado no decorrer da apresentação da atividade de fiscalização, a ocupação de lugares de estacionamento na via pública por viaturas com dístico de residente ascende a 44% da ocupação total. Um valor desta dimensão produz inevitáveis impactos ao nível da RMLD, e também no volume de ações de *enforcement* levadas a cabo pelo efetivo de fiscalização. Por estes motivos, impõe-se o desenvolvimento de uma análise um pouco mais profunda.

Nos últimos anos, assistiu-se a um aumento consistente do número de dísticos atribuídos. O ritmo de crescimento é distinto quando segregamos os dados, considerando Dísticos de Residente e Dísticos de Empresa: no período 2010 – 2014, os dísticos de residente aumentaram cerca de 35%, enquanto o volume de dísticos atribuídos a empresas disparou, aumentando mais de 140% - apesar deste crescimento desproporcionado, os dísticos de empresa não alcançam os 4% do total de títulos.

Esta evolução reflete-se naturalmente no rácio de dísticos (agora considerados de forma agregada, ou seja, dísticos de residente em conjunto com dísticos de empresa) por lugar em exploração. A análise que se apresenta baseia-se nos dados recolhidos para a globalidade das ZEDL, excluindo Bairros Históricos e os Contratos Particulares de Exploração.



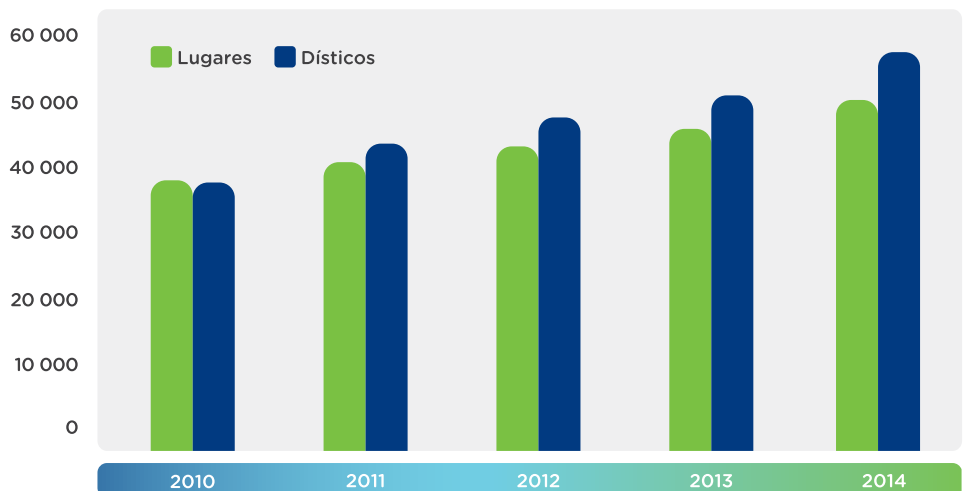
Quadro 6
Dados ePark
2014

Gráfico 5
Evolução do
Número de
Dísticos
por Lugar



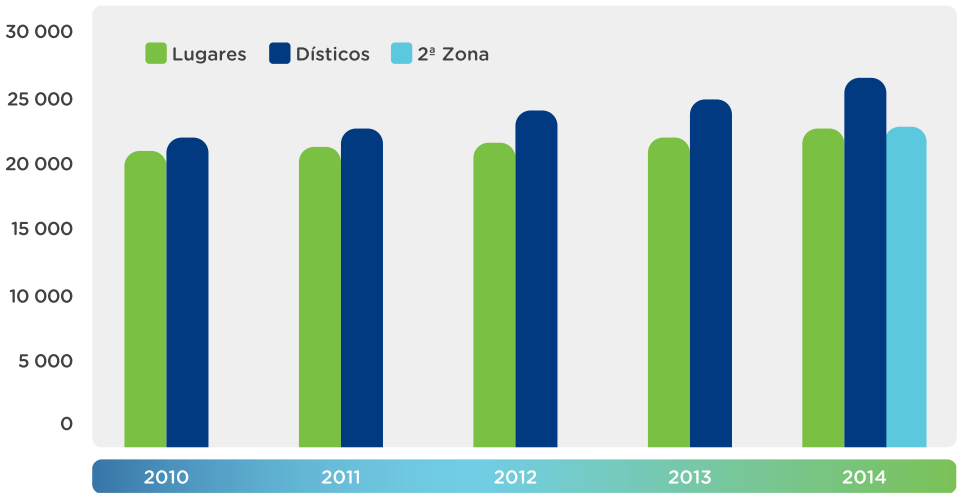
Gráfico 6
Evolução do
Número de
Dísticos e
de Lugares

O incremento do número de dísticos emitidos é em larga medida consequência do alargamento das áreas sob gestão da EMEL. O aumento de lugares em exploração, por outro lado, acomoda a subida do número de dísticos, suavizando o crescimento do rácio de dísticos por lugar.



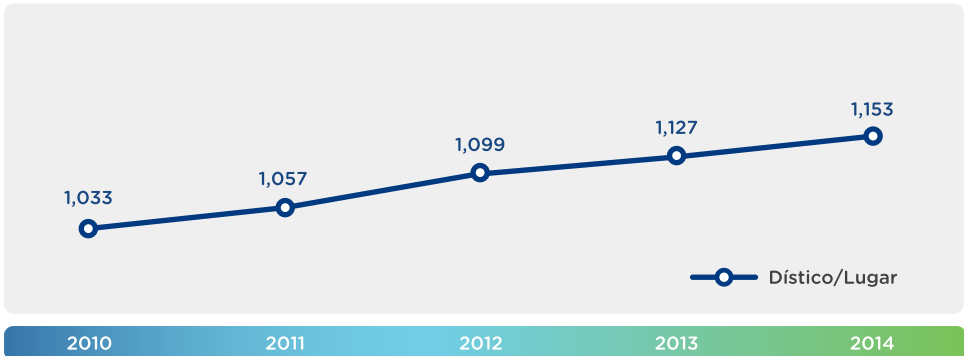
No entanto, se restringirmos a análise às ZEDL com tarifa amarela, zonas de exploração mais consolidadas e em que o aumento dos lugares em exploração é mais marginal, verificamos que o crescimento do volume de dísticos é significativo.

Gráfico 7
Evolução do
Número de
Dísticos e
de Lugares
nas Zonas
Tarifa Amarela



Enquanto na globalidade das ZEDL o crescimento registado na atribuição de dísticos acompanha de perto o alargamento dos lugares em exploração – cerca de 37% nos dísticos contra 33% no número de lugares – já nas zonas com tarifa amarela o aumento do número de dísticos suplanta largamente os lugares acrescentados à oferta: 16% de aumento de dísticos contra apenas 6% no número de lugares. Estes valores entram numa nova ordem de grandeza se considerarmos também a segunda Zona, prevista no Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na

Via Pública desde junho de 2013, e que em 2014 já conheceu uma adesão generalizada por parte dos residentes.



O impacto, analisando as Zonas com tarifa amarela de forma agregada, produzido pela segunda Zona não é idêntico ao de um dístico de residente, sem segunda Zona agregada – a maioria destes dísticos são atribuídos a residentes de Zonas com tarifa amarela adjacentes, e cada viatura, apesar de habilitada para estacionar em duas ZEDL distintas, não o pode fazer em simultâneo. Assim, a análise deve incidir sobre cada Zona individualmente considerada. Desta forma é possível afirmar que, por exemplo, na Zona 033-Príncipe Real e na Zona 017-Estefânia o número de veículos habilitados, por via de dístico, a estacionar em cada lugar em exploração, é superior a três.

Gráfico 8
Evolução do
Número de
Dísticos por
Lugar nas Zonas
Tarifa Amarela

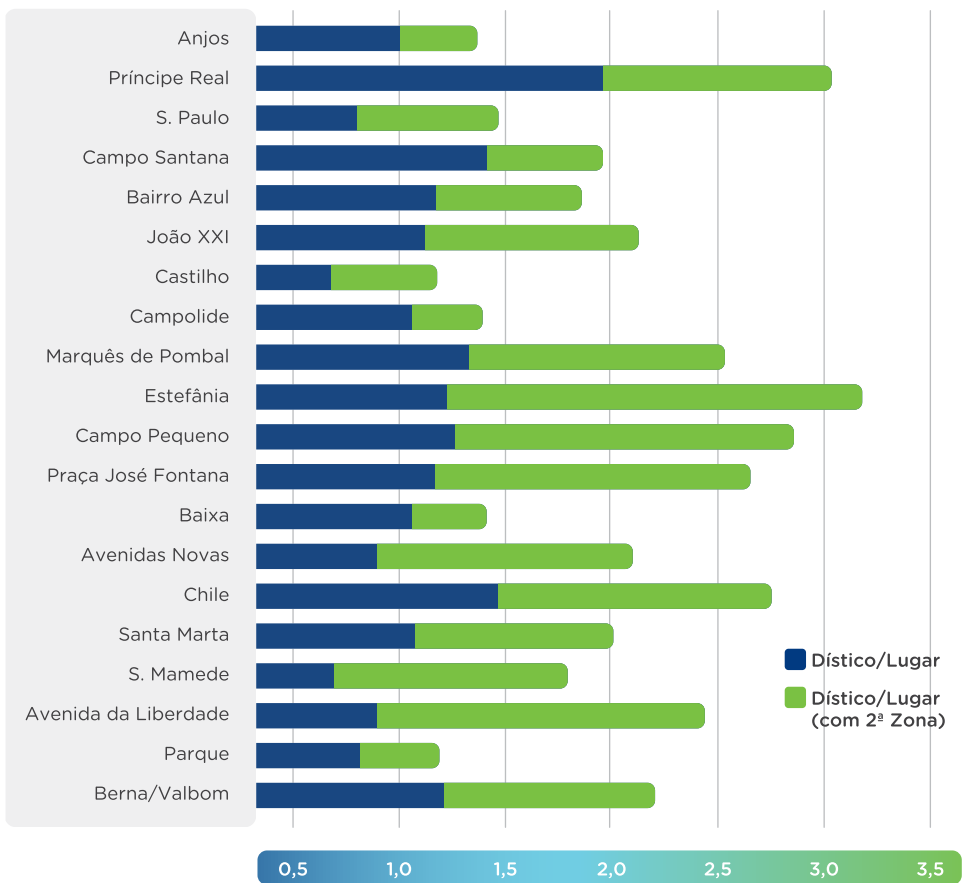


Gráfico 9
Dístico por
Lugar nas
Zonas com
Tarifa Amarela



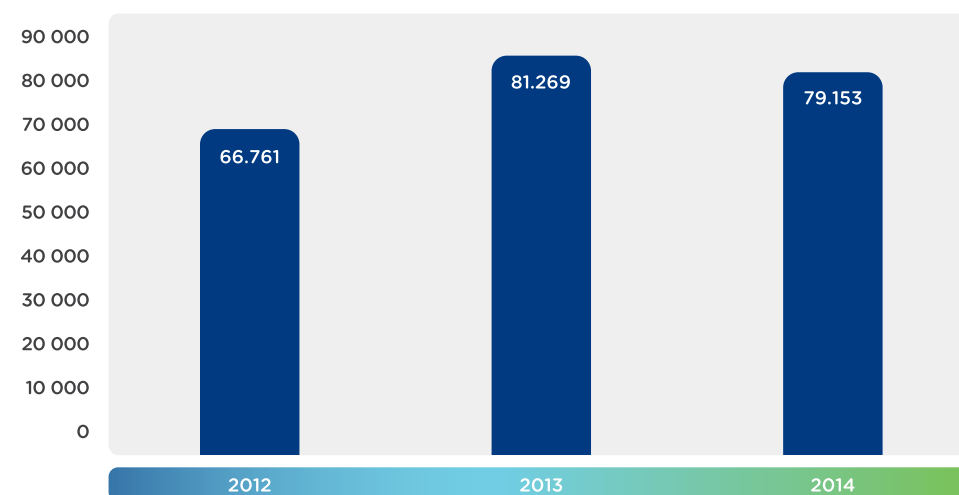
Há outros resultados da análise que sobressaem. Antes de considerarmos a segunda Zona existem seis Zonas com tarifa amarela – 032-São Paulo, 021-Castilho, 010-Avenidas Novas, 006-São Mamede, 005-Avenida da Liberdade e 003-Parque – em que o rácio de dísticos por lugar é inferior a um (ou seja, considerando apenas residentes e comerciantes da Zona, existe mais do que um lugar em exploração por cada um deles). Introduzindo a segunda Zona, verificamos que o rácio ultrapassa a unidade em todas elas e em apenas seis fica aquém de 1,5 – 037-Anjos, 032-São Paulo, 021-Castilho, 020-Campolide, 013-Baixa e 003-Parque.

Por outro lado, se há muitas Zonas em que o número de veículos habilitados para estacionamento em lugar tarifado, por via da segunda Zona, suplanta o próprio número de lugares disponíveis, existem seis Zonas em que as habilitações proporcionadas por segunda Zona superam as habilitações atribuídas por primeira Zona, ou seja, nestas seis ZEDL, existem mais residentes de Zonas adjacentes a poderem estacionar nos lugares em exploração do que residentes na própria Zona. Estas Zonas são 005-Avenida da Liberdade, 006-São Mamede, 010-Avenidas Novas, 014-Praça José Fontana, 016-Campo Pequeno e 017-Estefânia.

Atendimento/Contacto com os Cidadãos

Apesar da expansão continuada da área em exploração e o efetivo aumento no número de dísticos emitidos, o volume de atendimentos em loja sofreu uma ligeira inflexão. A queda das ações de enforcement, por um lado, e o lançamento do novo site da EMEL, agora mais funcional e mais dinâmico por outro, tornam menos indispensável a deslocação do cidadão às lojas EMEL.

Gráfico 10
Evolução do
Número de
Atendimentos



Para 2015 está previsto o encerramento da loja da Calçada do Combro, precisamente a que registava uma menor afluência, e a sua substituição por um novo espaço de atendimento na Loja do Cidadão das Laranjeiras, onde se perspetiva uma maior adesão por parte do cliente, até pela presença de outros serviços de alguma forma relacionados com atividades desenvolvidas na loja EMEL.

Renovação da Imagem Parques de Estacionamento EMEL

No ano de 2014, deu-se início à implementação de um programa de renovação da imagem dos parques de estacionamento da EMEL, com o objetivo de criar uma identidade própria e transversal, modernizando e tornando mais apelativa a sua utilização. O Parque das Portas do Sol avançou em 2014 como projeto-piloto e iniciaram-se os procedimentos necessários para estender em 2015 essa nova imagem aos restantes Parques.

3.2 Evolução dos Proveitos

O total dos proveitos operacionais da empresa ascendeu a 27,3 milhões de euros, um incremento de cerca de 2% face a 2013, fruto sobretudo do aumento da área de exploração.

A evolução dos Proveitos registou diferentes aumentos nas suas principais componentes, mas continuou a reforçar o peso da atividade de gestão e fiscalização do estacionamento na via pública e nos Parques:

- **Parquímetros:** 17.402 mil euros (+ 2.5 %);
- **Bloqueios, Reboques:** 2.994 mil euros (+ 0.0 %);
- **Parques de Estacionamento:** 3.701 mil euros (+ 3.8 %);
- **Contraordenações:** 1.701 mil euros (- 10.7 %);
- **Outros Proveitos Operacionais:** 1.512 mil euros (+ 15.1 %).

O valor total dos proveitos diretamente provenientes do pagamento de estacionamento cifrou-se em 21,1 milhões de euros e inclui: os proveitos de parquímetros (17,4 milhões de euros, dos quais 152 mil euros resultam de títulos de estacionamento pré-comprados e 64 mil euros do meio de pagamento *smart park*) e dos parques de estacionamento (3,7 milhões de euros).

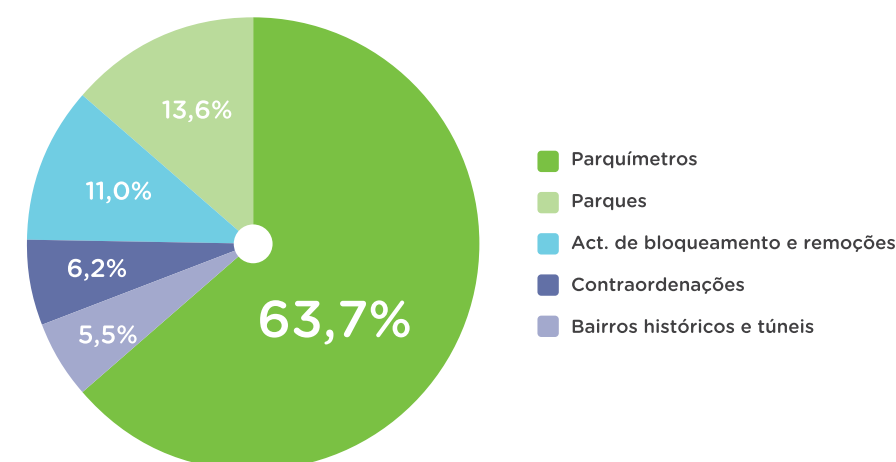


Gráfico 11
Peso dos
Principais
Proveitos
Operacionais





04

ATIVIDADES NO
ÂMBITO DA
MOBILIDADE
E NOVOS
PROJETOS



04 Atividades no Âmbito da Mobilidade e Novos Projetos

4.1 Novos Projetos de Mobilidade

O ano de 2014 foi caracterizado pelo início do estudo de novos projetos, de âmbitos e abrangências diferentes, focados na promoção da mobilidade sustentável na cidade de Lisboa, nomeadamente:

- **Sistema de bikesharing** - estudo de viabilidade de um sistema de bikesharing para a cidade de Lisboa, com uma frota composta por bicicletas convencionais, como forma de promoção da mobilidade suave e partilhada. O estudo prevê que o sistema contemple inicialmente 1.260 bicicletas e 105 estações distribuídas pela Zona Central da cidade, Zona Ribeirinha e Parque das Nações, e pretende que o sistema se afirme como uma alternativa simples, económica e inteligente de mobilidade urbana;
- **Sistema de carsharing** - estudo de viabilidade para a implementação de um sistema de carsharing elétrico, o qual pretende promover a mobilidade partilhada e elétrica;
- **VEM Lx** - participação em estudos setoriais para o desenvolvimento da Visão Estratégica da Mobilidade (VEM), projeto em elaboração e coordenado pela CML;
- **Plano de Mobilidade Empresarial** - desenvolvimento de um plano de mobilidade empresarial com o intuito de promover junto dos funcionários da EMEL padrões de mobilidade mais sustentáveis quer nas deslocações em serviço, quer nos movimentos pendulares ou outro tipo de viagens. O projeto contemplou até à data a fase de caracterização e diagnóstico, prevendo-se a aplicação de um plano de ações durante o ano de 2015.

4.2 Prémios e Projetos Internacionais

No ano de 2014 a EMEL, CARD4BeaOTLIS venceram o Prémio Internacional CALYPSO Awards 2014, pela “melhor inovação” do ano, atribuído no Salão Internacional CARTES Secure Connexions 2014, que decorreu em Paris. O galardão foi atribuído ao projeto que integra num mesmo sistema, o

pagamento de estacionamento através do cartão VIVA Parking, com a respetiva possibilidade de carregamento do cartão no Portal VIVA da OTLIS.

Em 2014 teve início o projeto *SIMON - asSisted Mobillity for Older aNd impaired users*, co-financiado pela Comissão Europeia no âmbito do Programa Quadro de Competitividade e Inovação da UE (CIP). O objetivo do projeto é validar em situações reais, informações específicas de navegação e abordar a modernização dos cartões de estacionamento para pessoas com deficiência. O propósito é ter um sistema que permita a verificação do direito ao estacionamento de pessoas com invalidez, de todos os Estados-Membros da União Europeia. Sendo um projeto de demonstração, vão realizar-se quatro demonstrações em grande escala nas cidades de Lisboa, Madrid, Parma e Reading, com o objetivo de testar os serviços de tecnologias de informação e comunicação e assim, promover a participação social de pessoas com mobilidade reduzida.

Durante o ano de 2014, a EMEL, no âmbito da sua participação no projeto *FREVUE - FReight Electric Vehicles in Urban Europe* co-financiado pela Comissão Europeia através do Sétimo Programa-Quadro para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (FP7), colocou em funcionamento 5 veículos elétricos na sua frota automóvel comercial, com o objetivo de testar a sua eficácia em funções operacionais, através da monitorização da sua utilização quotidiana e comparar o desempenho destes veículos face à utilização de viaturas convencionais. Com esta renovação da frota, que tem em conta critérios ambientais, de eficiência e de custo de utilização, a EMEL pretende servir de exemplo para a adoção deste género de soluções sustentáveis por parte de outras empresas nacionais e europeias.

No âmbito da participação da EMEL no projeto *DOROTHY: Development Of RegiOnalclusTers for research and implementation of environmental friendlY urban logistics*, co-financiado pela Comissão Europeia através do Sétimo Programa-Quadro para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (FP7), foi possível iniciar um “cluster” de logística urbana e, sobretudo, lançar e debater ‘iniciativas-âncora’ que alavanquem futuros projetos de logística urbana na região de Lisboa e Vale do Tejo e assim formar uma plataforma colaborativa e obter uma base de conhecimento comum entre os atores de diversas regiões da União Europeia que podem contribuir para o desenvolvimento de soluções inovadoras de logística urbana.

Por fim, em 2014 a EMEL finalizou a sua participação no projeto *STRAIGHTSOL - STRAtegies and measures for smarter urban freIGHT SOLutions*, co-financiado pela Comissão Europeia através do Sétimo Programa-Quadro para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (FP7), que permitiu a criação de novas ferramentas essenciais para a melhoria da logística e gestão da mobilidade urbana.



4.3 Participação em Conferências e Eventos

O trabalho da EMEL, e sobretudo o caráter inovador dos projetos que têm sido desenvolvidos, tem assumido um papel de especial relevo internacional.

Desta forma, organizamos e fomos convidados a participar em reuniões e conferências nacionais e internacionais, nomeadamente:

- 5º Congresso Ibérico de Estacionamento e Mobilidade em Lisboa - debate de temas relacionados com o estacionamento e ao nível da mobilidade e discussão da evolução tecnológica neste setor, com diferentes parceiros Ibéricos, de África e da América Latina;
- Conferência Anual da Polis 2015 “*Innovation in Transport for Sustainable Cities and Regions*” em Madrid (Espanha), sobre o desenvolvimento de políticas e soluções tecnológicas inovadoras para mobilidade urbana;
- Conferência “*Smart Urban Freight*” em Newcastle (Reino Unido) - discussão sobre políticas de gestão de logística urbana e mobilidade sustentável;
- Workshop sobre “*Regional Agenda and Horizon 2020 opportunities*” em Florença (Itália), debate entre diferentes parceiros internacionais sobre as características das oportunidades de financiamento de projetos nas áreas da mobilidade e logística urbana;
- 1º Workshop Internacional SIMON Users em Lisboa - apresentação do Projeto SIMON - *asSisted Mobillity for Older aNd impaired users* e debate com diferentes parceiros nacionais e internacionais sobre a temática da mobilidade e acessibilidade nas cidades europeias para pessoas com mobilidade reduzida;
- 2ª Conferência “*Cidades Inteligentes - Cidades do Futuro*” em Lisboa - sobre as políticas, estratégias e iniciativas feitas a nível nacional e europeu, mostrando os casos práticos e as aplicações que estão a ser usadas e a possibilidade da sua integração.

4.4 Parcerias Internacionais

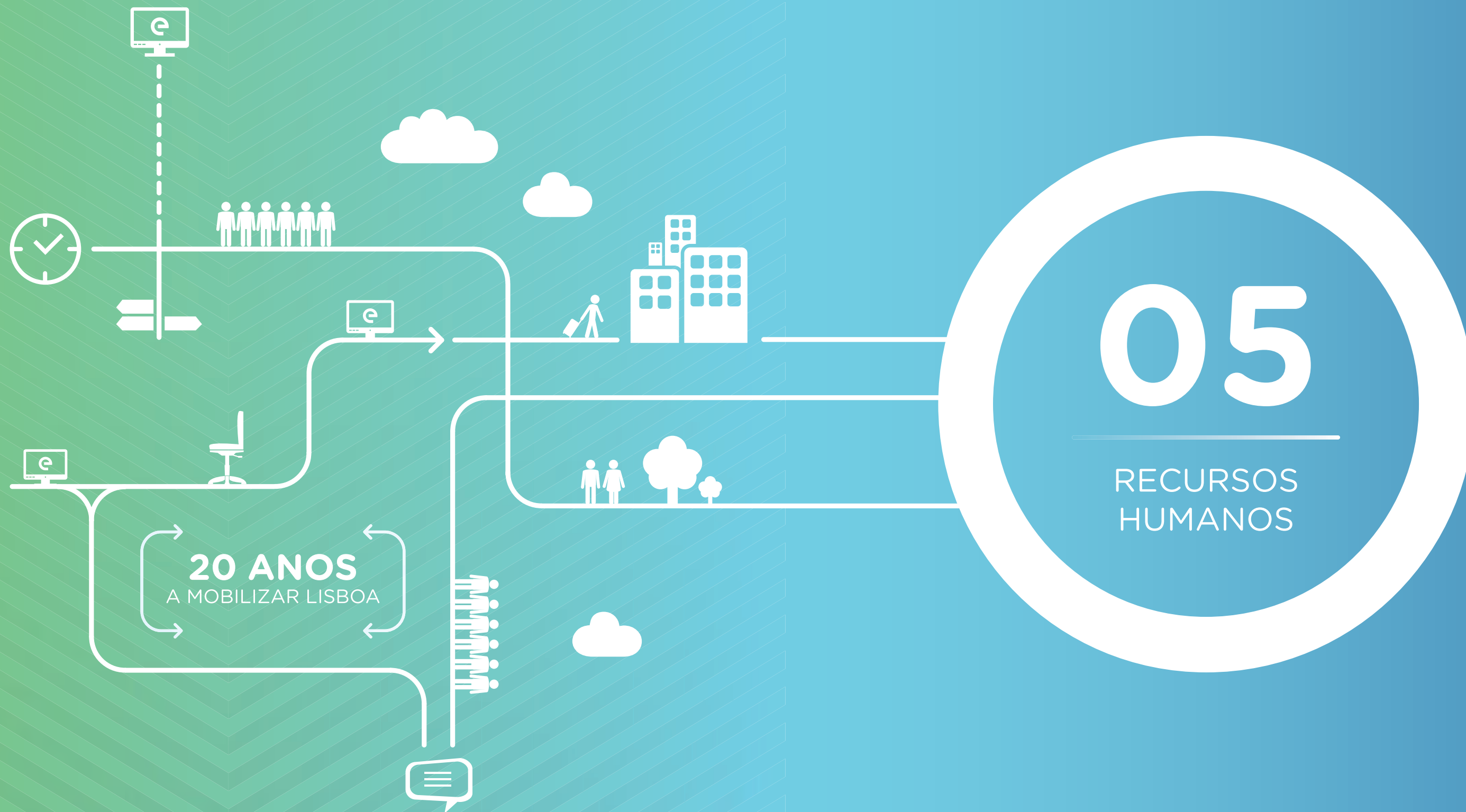
Fruto do contrato de Prestação de Serviços assinado com a EMEP - Empresa de Estacionamento da Cidade da Praia, em Cabo Verde, demos continuidade ao trabalho realizado em 2013, efetuando o acompanhamento da implementação e da evolução do estacionamento tarifado na Cidade da Praia.

Dando continuidade aos protocolos de cooperação dos projetos de Angola (Baía de Luanda) e de Maputo, Moçambique, a EMEL reforça os esforços para o desenvolvimento de planos de implementação do sistema de gestão da mobilidade e estacionamento nestas cidades.

Durante 2014, desenvolvemos ainda trabalhos relevantes com a Prefeitura do Rio de Janeiro (Brasil), em articulação direta com a Secretaria Especial de Concessões e Parceiras Público-Privadas, colaborando para a consolidação do projeto de concessão e desenvolvendo contactos com parceiros locais interessados no projeto. O acompanhamento destas atividades será continuado em 2015.

Este conjunto de atividades e parcerias são o reconhecimento da experiência e competência da EMEL no campo da gestão do estacionamento, que também a faz chegar aos principais países de língua oficial portuguesa, confirmando o reconhecimento além-fronteiras da capacidade e competência técnica da empresa.



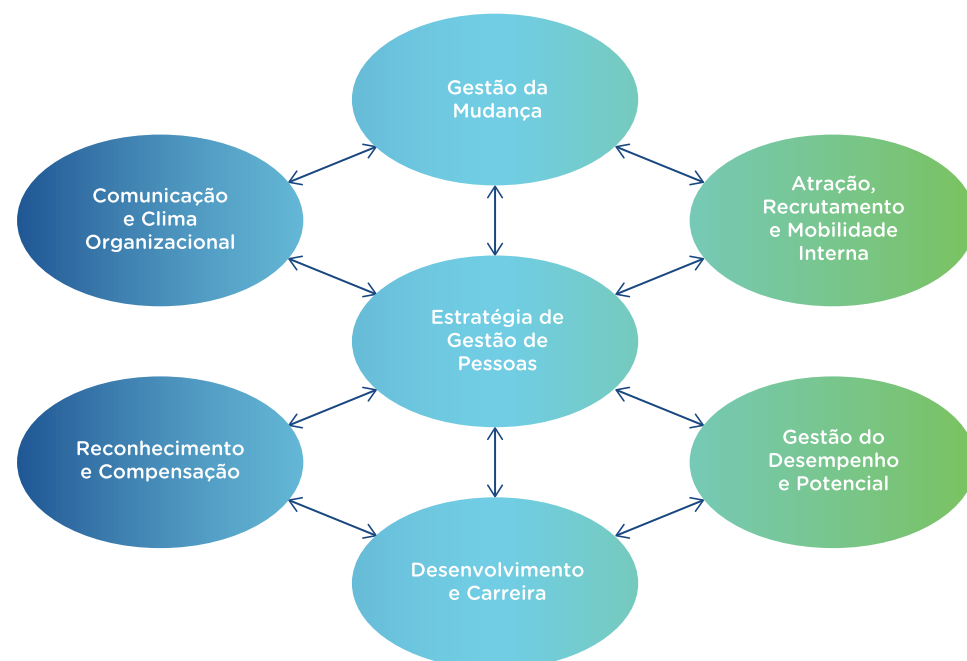


05 Recursos Humanos

5.1 Política de Recursos Humanos

O desenvolvimento da política de Recursos Humanos na EMEL, durante no ano de 2014, focou-se essencialmente, por um lado, na sistematização e uniformização dos processos e procedimentos internos de modo a permitir obter eficiência e eficácia na implementação de ferramentas de suporte tecnológico, e por outro, definir uma estratégia de gestão de talento que suporte os desafios que se perspetivam no ano seguinte.

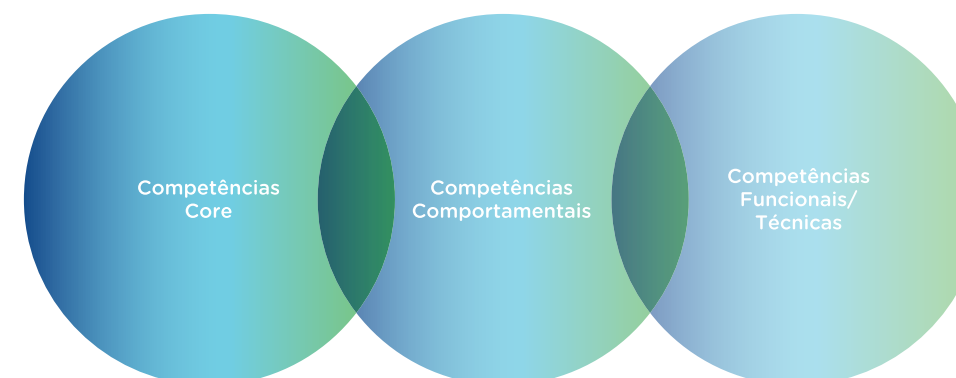
Em termos de política de gestão de pessoas na EMEL, existem 7 macroprocessos relevantes:



Mantendo-se em 2014 o enquadramento restritivo do país e das finanças públicas, a EMEL continuou com as limitações inerentes às políticas de recursos humanos aplicáveis ao setor público, em particular ao setor empresarial do estado e às empresas municipais.

Apesar desta situação, a EMEL desenvolveu um conjunto de iniciativas relevantes:

1. Realização do processo de gestão de desempenho relativo a 2014 ainda no próprio ano;
2. Implementação do portal de RH do colaborador EMEL, disponibilizando um conjunto de serviços à distância, com segurança e maior comodidade para os colaboradores;
3. Definição do modelo de competências EMEL, cuja composição se divide em:
 - i) Competências Core EMEL;
 - ii) Competências Comportamentais;
 - iii) Competências Funcionais e Técnicas.



4. Primeiro levantamento de necessidades de formação, tendo por base o Modelo de Competências EMEL, que será integrado no novo modelo de Gestão de Desempenho para 2015;
5. Reinício da negociação do primeiro Acordo de Empresa com organizações sindicais da EMEL, tendo ficado estabelecido que a EMEL iria apresentar uma proposta globalmente revista, tendo em conta as sucessivas alterações legais do ponto de vista laboral, mas essencialmente as novas necessidades decorrentes da integração e exploração de uma nova zona de fiscalização de estacionamento na via pública – Zona Verde;
6. Início de discussão e regulamentação de temas laborais, tais como modelo de carreiras EMEL, regime de comissão de serviço, gestão de tempo e assiduidade, entre outros;
7. Plano de saídas voluntárias de colaboradores, respondendo assim às obrigações legais decorrentes da Lei Geral do Orçamento de Estado, em complementaridade com a Câmara Municipal de Lisboa.

5.2 Pessoas na EMEL

O universo de Recursos Humanos da EMEL atingia 386 pessoas em 2014, apresentando a seguinte evolução nos últimos anos:



Quadro 7
Categorias Profissionais 2010 - 2014

Categorias (31 de dezembro)	2010	2011	2012	2013	2014
Diretor de Serviços	4	3	3	3	4
Chefe de Serviços	16	15	14	17	18
Técnico Superior	16	24	23	24	28
Técnico e Assistente Técnico	58	52	52	56	62
Agente de Fiscalização de Estacionamento	159	154	150	145	140
Assistente Administrativo	43	44	45	40	40
Operador de Coleta	10	10	10	10	10
Operador Cobrador de Parques	53	64	62	62	62
Outros (funções logísticas e administrativas)	16	16	21	21	14
Motoristas de Reboques e bloqueadores				14	8
TOTAL	375	382	380	392	386

O notório incremento das áreas de negócio da EMEL, quer da área de fiscalização da via pública, quer do número de parques explorados pela EMEL, sem que isso tenha tido reflexo nos quadros de pessoal da EMEL, revela uma capacidade de gestão com rigor, que otimiza os recursos humanos da forma mais eficiente possível.

No quadro seguinte podemos ainda perceber os fluxos de recursos humanos, sendo evidente que o decréscimo de pessoas se ficou a dever em grande medida ao Plano de Saídas Voluntárias acima referido.

Quadro 8
Movimentação Quadro Pessoal 2014

	Admissões	Regressos Q. Ativo	Total Entradas	Saídas
Via Pública	5	1	6	9
Parques	1	0	1	0
Mobilidade	2	0	2	2
Áreas Transversais	2	0	2	6
TOTAL	10	1	11	17

5.3 Formação na EMEL

O programa de formação desenvolvido pela EMEL em 2014 abrangeu quase 7.600 horas distribuídas por 54 ações de formação, o que significa um acréscimo de 1.852 horas e 15 ações de formação face a 2013. Este acréscimo reflete a importância que a empresa atribui à capacitação dos seus recursos humanos, técnicos e dirigentes, dotando-os de novos conhecimentos que lhes permitem contribuir de forma mais efetiva e criativa para a concretização das metas e objetivos da empresa, garantindo simultaneamente que estão bem preparados para enfrentar os desafios que possam surgir no futuro.

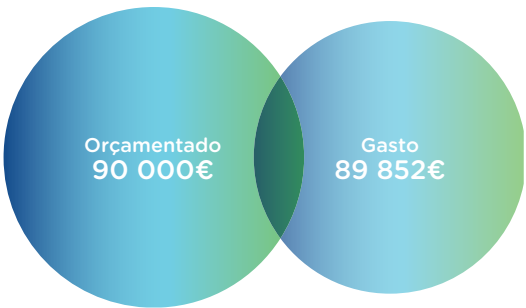
Quadro 9
Indicadores de Formação 2013 - 2014

	2013	2014
Volume de formação (em horas)	5.690	7.542
Nº de colaboradores da EMEL	392	386
Nº de horas formação/colaborador	14,5	19,5
Nº de dias úteis (7,5 horas/dia) de formação	758	1.006
Nº total de ações de formação	39	54
Nº de sessões de formação	108	188
Nº de participantes	511	498
Nº de colaboradores com formação	282	222

Não obstante o ligeiro decréscimo no número de participantes nas ações de formação em comparação com 2013, registou-se em 2014 um aumento do número de horas de formação por colaborador para quase 20 horas por colaborador.

Em termos de custos com a formação, foi cumprido o previsto no respetivo orçamento.

Gráfico 12
Valor Orçamentado para Formação 2014 vs Gasto



Em termos de temáticas formativas, a empresa apostou fundamentalmente na *Gestão de Conflitos e Serviço ao Cliente* e *Desenvolvimento Pessoal e Profissional*, com vista a dotar os seus colaboradores de competências adicionais que lhe permitam incrementar progressivamente os níveis de qualidade dos serviços que prestam ao cidadão.

Gráfico 13
Formação em Horas por Área de Formação 2014

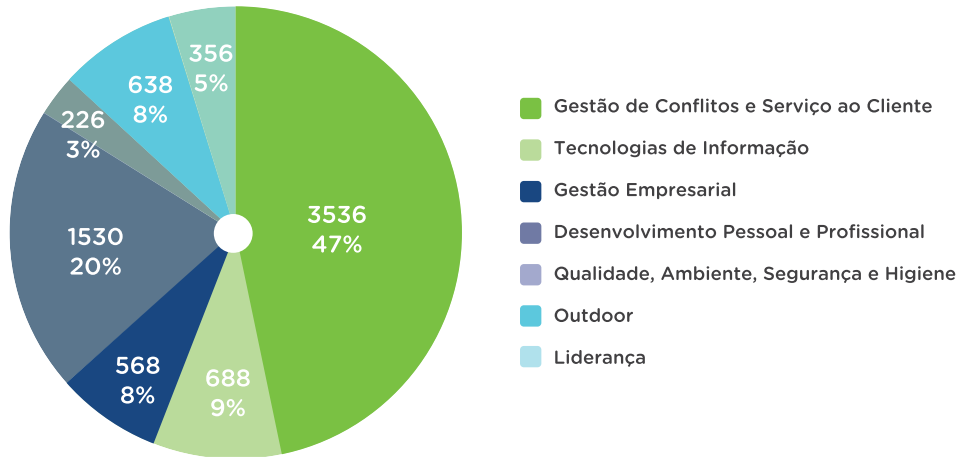
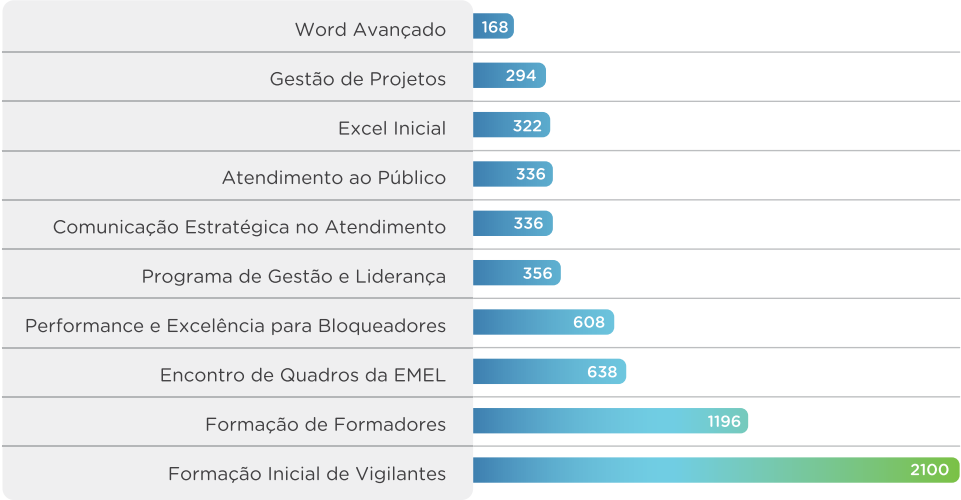


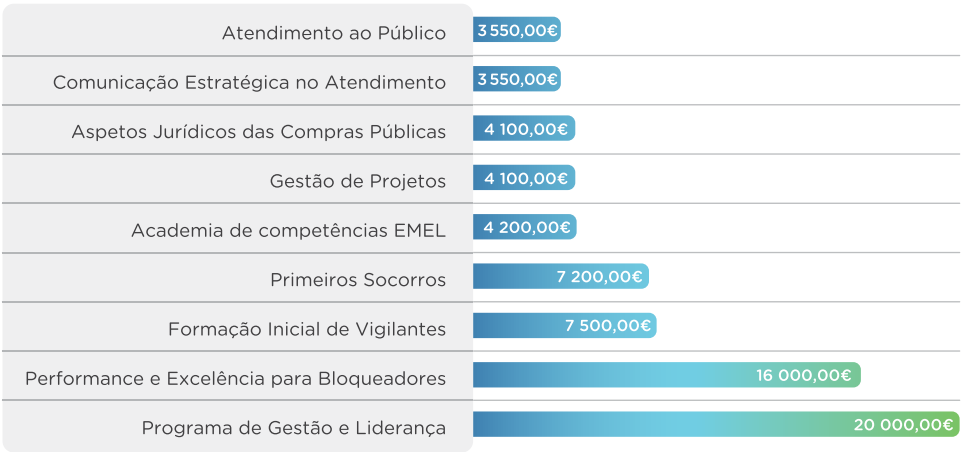
Gráfico 14
Top 10 Ações de Formação 2014 em Horas

Entre as ações e eventos de formação realizados ao longo do ano de 2014 destacam-se, pelo volume de horas de formação, as constantes do gráfico seguinte:

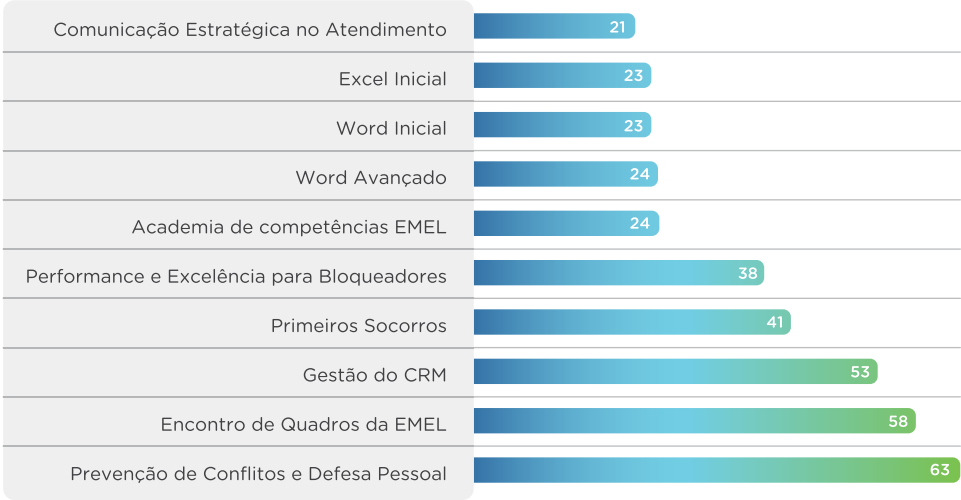


Os 2 gráficos seguintes permitem uma melhor visualização das ações de formação realizadas em 2014, ordenadas de acordo com o valor do investimento e número de formados, respetivamente.

Gráfico 15
Top 10 Ações de Formação 2014 por Valor de Investimento



O seguinte gráfico permite uma melhor visualização das ações de formação realizadas em 2014, ordenadas de acordo com o número de formandos:



As principais áreas funcionais da empresa cujos colaboradores beneficiaram de formação foram a Direção de Exploração na Via Pública e a Direção Comercial, Marketing e Comunicação com 167 participantes, mais de 75% do total.

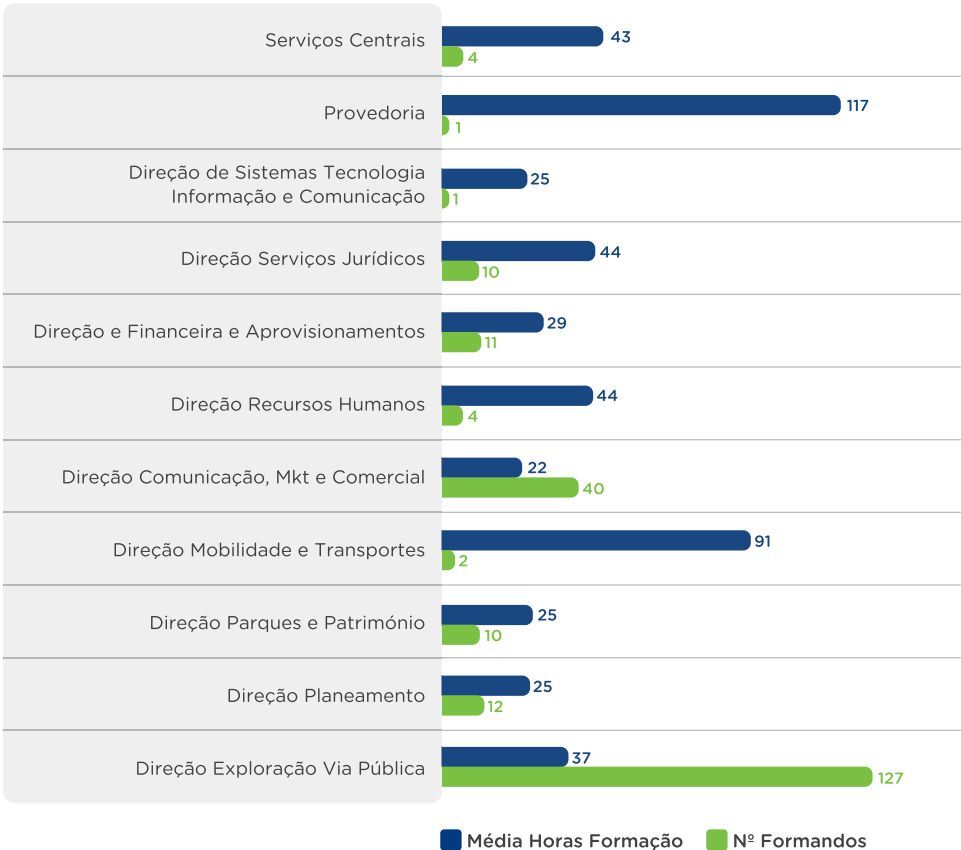


Gráfico 16
Top 10 Ações de Formação 2014 por Número de Formandos

Gráfico 17
Formação por Áreas Funcionais EMEL





06

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

06 Relatório de Sustentabilidade

6.1 Sustentabilidade Ambiental

No ano de 2014, continuaram a ser desenvolvidas ações com o objetivo de potenciar uma maior eficiência energética, com a consequente redução dos consumos de energia, sendo de destacar as seguintes intervenções:

- Utilização generalizada de lâmpadas de baixo consumo;
- Remodelação dos sistemas de iluminação dos edifícios e parques, com recurso a lâmpadas do tipo “led” e a sistemas de comando automático baseados em sensores de luminosidade e movimento;
- Modernização da frota da empresa no sentido de uma frota mais “limpa”, através da aquisição de veículos e motociclos elétricos.

6.2 Contributo para a Economia Nacional e Responsabilidade Social

O contributo para a economia nacional deve ser medido pelo “valor acrescentado bruto” gerado pela atividade da empresa no ano, o qual atingiu cerca de 40% dos seus proveitos, num total de 10.719.912 euros.

Igualmente relevante, o valor dos fluxos financeiros transferidos para o Estado (impostos, contributos para a segurança social e comparticipações nas coimas recebidas) ficou perto dos 7,1 milhões de euros.

6.3 Outras Atividades de Responsabilidade Social

A EMEL desenvolveu também outras atividades no âmbito da responsabilidade social:

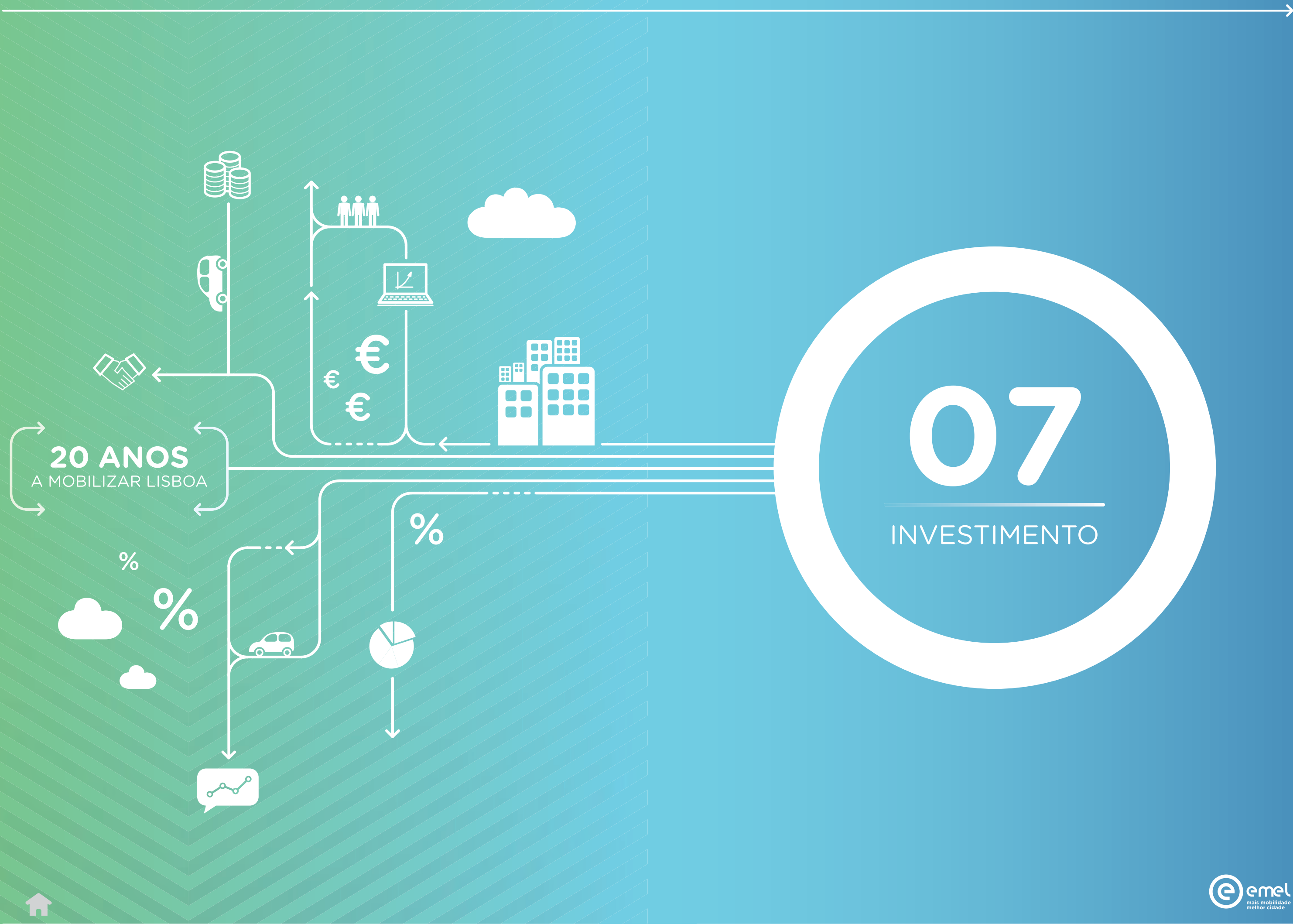
- Ajuda de Mãe – foram cedidas 460 horas de estacionamento em raspadinhas para os voluntários exercerem as suas funções de voluntariado no período do Natal;
- Patrocínio Corrida Sempre Mulher – patrocínio no valor de 4.000 euros para a organização da corrida Sempre Mulher;
- DocLisboa – atribuição de 10 dísticos temporários para serem utilizados pela organização durante os dias do Festival;

- Festival Mostra – atribuição de lugares de estacionamento no Parque Mayer para a organização durante a preparação do Festival;
- Zon Kids Cinema Festival – patrocínio de uma sala de cinema no Festival de cinema Infantil com oferta de brindes e de bilhetes de cinema para os colaboradores e familiares;

Paralelamente, foram desenvolvidos os seguintes projetos por iniciativa do grupo EMEL SOLIDÁRIA (grupo formado por colaboradores da EMEL, que visa desenvolver ações de natureza cívica de apoio aos cidadãos, na área de intervenção da EMEL):

- Aquisição de 200 casacos impermeáveis para os voluntários do Centro de Apoio aos Sem-Abrigo (C.A.S.A.). Os voluntários desta instituição percorrem as ruas de Lisboa para fornecer refeições aos sem-abrigo e a famílias carenciadas;
- Apoio a um evento do projeto YUPI inserido no programa das festas de Lisboa – oferta de 50 t-shirts às crianças que participaram no evento. O YUPI é um projeto de inclusão social dirigido a crianças com necessidades educativas especiais;
- Apoio à Casa dos Rapazes através da oferta de um par de ténis a cada um dos 22 rapazes acolhidos por esta Instituição e oferta de um lanche de natal;
- Participação voluntária dos colaboradores na ação solidária de Natal da Comunidade Vida e Paz.





07 Investimento

O volume de investimento efetuado foi cerca de 1.758.000 euros, mantendo-se ainda com uma baixa taxa de execução, motivado em parte pelos atrasos nas aprovações dos projetos de construção dos Parques de estacionamento.

Para o valor do investimento contribuiu a aquisição de novos parquímetros (46% do total), dando assim continuidade à política de expansão de novos lugares na via pública. Com estes novos parquímetros, centralizados e adaptados aos novos sistemas de gestão, tem sido possível aumentar os níveis de produtividade da empresa.

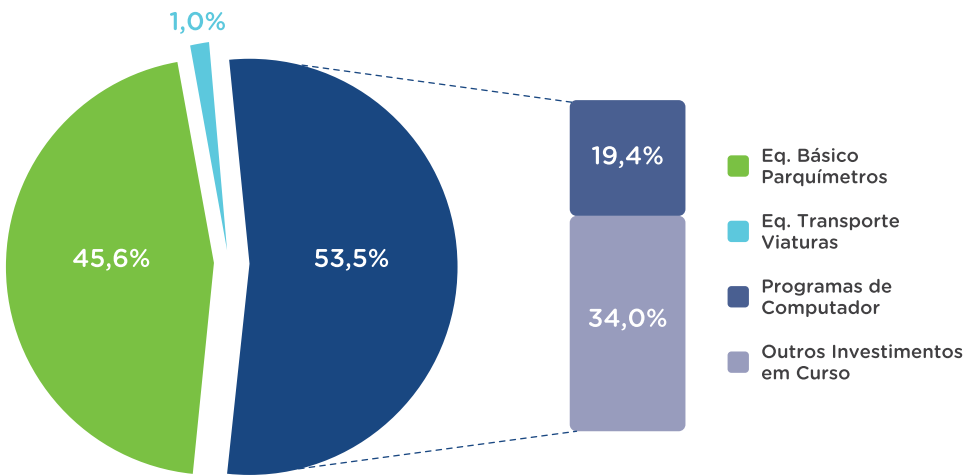
Igualmente relevante foi o investimento em curso (34% do total), sendo este na maioria referente a Parques de estacionamento, incluídos no programa de novos Parques da empresa.

Inserido no programa de modernização dos sistemas de informação e gestão, a EMEL executou ainda um conjunto de projetos (20% do total) que permitem a disponibilização de plataformas tecnológicas, em linha com o objetivo de expansão da empresa, garantindo a consolidação dos sistemas existentes e a introdução de novas aplicações para suporte à decisão e de apoio operacional.

Quadro 10 Investimento (Euros)

Investimento (Euros)	2014	
Eq. Básico - Parquímetros	800.763	45,6 %
Outros Investimentos em curso	598.021	34,0 %
Programas de computador	341.577	19,4%
Eq. Transporte - viaturas	17.419	1,0 %
TOTAL	1.757.780	

Gráfico 18 Repartição do Investimento 2014





08

SITUAÇÃO
ECONÓMICO
FINANCEIRA



08 Situação Económico Financeira

A progressiva melhoria das condições de exploração verificada nos últimos anos, de modo consistente, permitiu que a empresa prosseguisse a trajetória de crescimento do volume de negócios atingindo em 2014 um valor de cerca de 27,9 milhões de euros. Este aumento prende-se com a performance alcançada nos proveitos de estacionamento, uma vez que os rendimentos de *enforcement* evoluíram em sentido inverso.

Quadro 11 Proveitos Operacionais

Distribuição de Proveitos Operacionais	2011		2012		2013		2014		Variação Homóloga %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Do Estacionamento	18.034	74,2	19.819	76,7	20.542	76,8	21.103	78,9	2,7
Parquímetros	14.751	60,7	16.209	62,8	16.722	62,5	17.083	63,8	2,2
Parques de Est.	2.922	12,0	3.310	12,8	3.566	13,3	3.701	13,8	3,8
TEPC e SmartPark	361	1,5	300	1,2	255	1,0	319	1,2	25,2
De Bloqueios e Reb.	2.298	9,5	2.725	10,5	2.995	11,2	2.994	11,2	0,0
De Contra-Ordenações	2.489	10,2	1.972	7,6	1.905	7,1	1.701	6,4	-10,7
Outros Proveitos Oper.	1.471	6,1	1.315	5,1	1.314	4,9	1.512	5,5	15,1
Subsídios à Exploração	0	N/A	0	N/A	0	N/A	0	N/A	
Total Prov. Operacionais	24.291		25.831		26.756		27.310		2,1%
Total Outros Proveitos	585		131		520		591		13,7%
TOTAL Proveitos	24.876		25.962		27.277		27.901		2,3%

Na base dos resultados alcançados nos proveitos de estacionamento encontra-se a expansão da área de exploração, mas também uma ligeira melhoria da RMLD. Isto sucede apesar da redução da atividade contraordenacional, o que sugere uma maior propensão para o pagamento do estacionamento tarifado.

Quadro 12 Distribuição de Gastos

Distribuição de Gastos	2011 %	2012 %	2013 %	2014 %
Fornecimento e Serviços Externos	62,2	63,4	59,5	61,2
Dos quais Fee da CML	15,5	16,6	15,8	21,8
Dos quais Fee da Spark	17,3	18,5	18,5	16,6
Outros	29,4	28,2	25,1	22,9
Gastos com Pessoal	31,4	30,6	34,1	31,0
Juros	1,2	1,0	0,4	0,5
Gastos de Depreciação e Amortização	4,2	4,5	4,9	4,9
Outros	0,9	0,5	1,1	2,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

No plano dos gastos, identifica-se um aumento dos valores registados em Fornecimentos e Serviços Externos (FSE). Se considerarmos apenas FSE diretamente relacionados com a atividade da empresa, continua a consolidar-se a tendência de descida do seu peso relativo que se vem observando nos últimos anos, fruto do continuado esforço de renegociação dos contratos de fornecimento, designadamente os relacionados com a manutenção de equipamentos, limpeza e segurança. A proporção dos gastos com pessoal também decresce, apesar do ligeiro aumento absoluto em cerca de 2%.

O aumento dos gastos operacionais, a par da moderação do ritmo de crescimento dos proveitos, conduziu à erosão dos resultados líquidos.

	2011	2012	2013	2014
Proveitos operacionais	24.291	25.736	26.756	27.310
Custos operacionais	21.818	21.805	22.200	24.562
EBITDA	2.473	3.931	4.556	2.719
Amortizações e depreciações	993	1.052	1.168	1.295
Juros pagos - Juros recebidos	191	91	1	66
Imposto/ Rendimento Exercício	360	790	1.169	405
Resultados Líquidos	929	1.998	2.218	953

Quadro 13 Demonstração de Resultados Sintética (Mil Euros)

Da análise dos rácios financeiros extraem-se duas conclusões distintas. Se por um lado se assiste a uma redução da capacidade de gerar resultados no imediato, por outro perspetiva-se uma empresa com uma posição financeira capaz de alavancar investimentos futuros com ambição.

	2011 (SNC)	2012	2013	2014
Rentabilidade Económica = Res.Económico/Ativo Líq.	4,01%	7,23%	8,05%	3,95%
Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo	67,42%	73,39%	69,50%	101,91%
Meios Libertos Líquidos (Mil Euros)	2.049	3.050	3.386	2.248
Meios Libertos Líquidos/Proveitos	8,44%	11,85%	12,82%	8,32%
Capitais Permanentes / Ativo Líquido	56,13%	53,96%	50,18%	60,78%

Quadro 14 Indicadores Financeiros





09

FACTOS
RELEVANTES



09 Factos Relevantes

Após o termo do exercício de 2014 e até à presente data, destaca-se como facto relevante a alteração da composição do Conselho de Administração da EMEL, tendo assumido o cargo de Presidente do Conselho de Administração o Dr. Luís Filipe Natal Marques, e sido reconduzido o Vogal Executivo, Dr. João Paulo Salazar Dias, bem como o Vogal Não Executivo, Dr. António Inácio Furtado.

No decurso do corrente exercício, não se verificou a existência de qualquer negócio entre a Empresa e a Administração, nomeadamente os contidos no art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

No cumprimento dos requisitos legais, confirmamos a inexistência de dívidas em mora ao Estado ou à Segurança Social.





20 ANOS
A MOBILIZAR LISBOA

10

PRESPETIVAS
FUTURAS



10 Perspetivas Futuras

As perspetivas futuras da EMEL são sobretudo determinadas pela sua capacidade de afirmação e pela eficiência que revelar nas suas vertentes de operador de estacionamento e de operador de mobilidade.

Na área do estacionamento, a empresa deverá reforçar nos próximos anos a trajetória expansionista e a crescente capacidade de produção de resultados, por forma a preservar uma elevada capacidade de financiar os seus investimentos com capitais próprios.

A empresa tem em carteira para o triénio 2015 - 2017 um ambicioso programa de investimento que procura dar resposta aos anseios da população e dos eleitos locais (juntas de freguesia, designadamente) que pugnam por um espaço urbano mais ordenado no qual a circulação automóvel se efetue com maior fluidez.

Este programa de investimento, que deverá superar os 45 milhões de euros, alicerça-se na continuidade da política de expansão da área tarifada e na construção de um vasto número de Parques de estacionamento, de que a cidade carece.

A posição financeira conquistada nos últimos anos pela empresa, traduzida na sua solidez financeira e na sua capacidade de gerar resultados, permite encarar este planeamento com segurança, seriedade e ambição. Também por isso, a EMEL tem agora condições para reforçar a sua vocação como operador de mobilidade, através da implementação de projetos de mobilidade partilhada, com enfoque particular nas bicicletas, cuja estimativa de investimento ascende a cerca de 8 milhões de euros entre 2015 e 2017.

Merecem igualmente destaque os projetos de mobilidade pedonal dirigidos à melhoria das condições de circulação das pessoas e que contemplam, entre outras, obras de recolocação dos lugares de estacionamento de pessoas com mobilidade reduzida, assim como a construção e a gestão de equipamentos facilitadores de maior acessibilidade pedonal, entre os quais elevadores, funiculares e escadas rolantes.

Em simultâneo com este ambicioso plano de investimento, a EMEL enfrentará em 2015 um dos maiores desafios dos últimos anos, com a integração plena da atividade de fiscalização da chamada “área verde” com mais de 15 mil lugares, e que é atualmente gerida pela StreetPark.

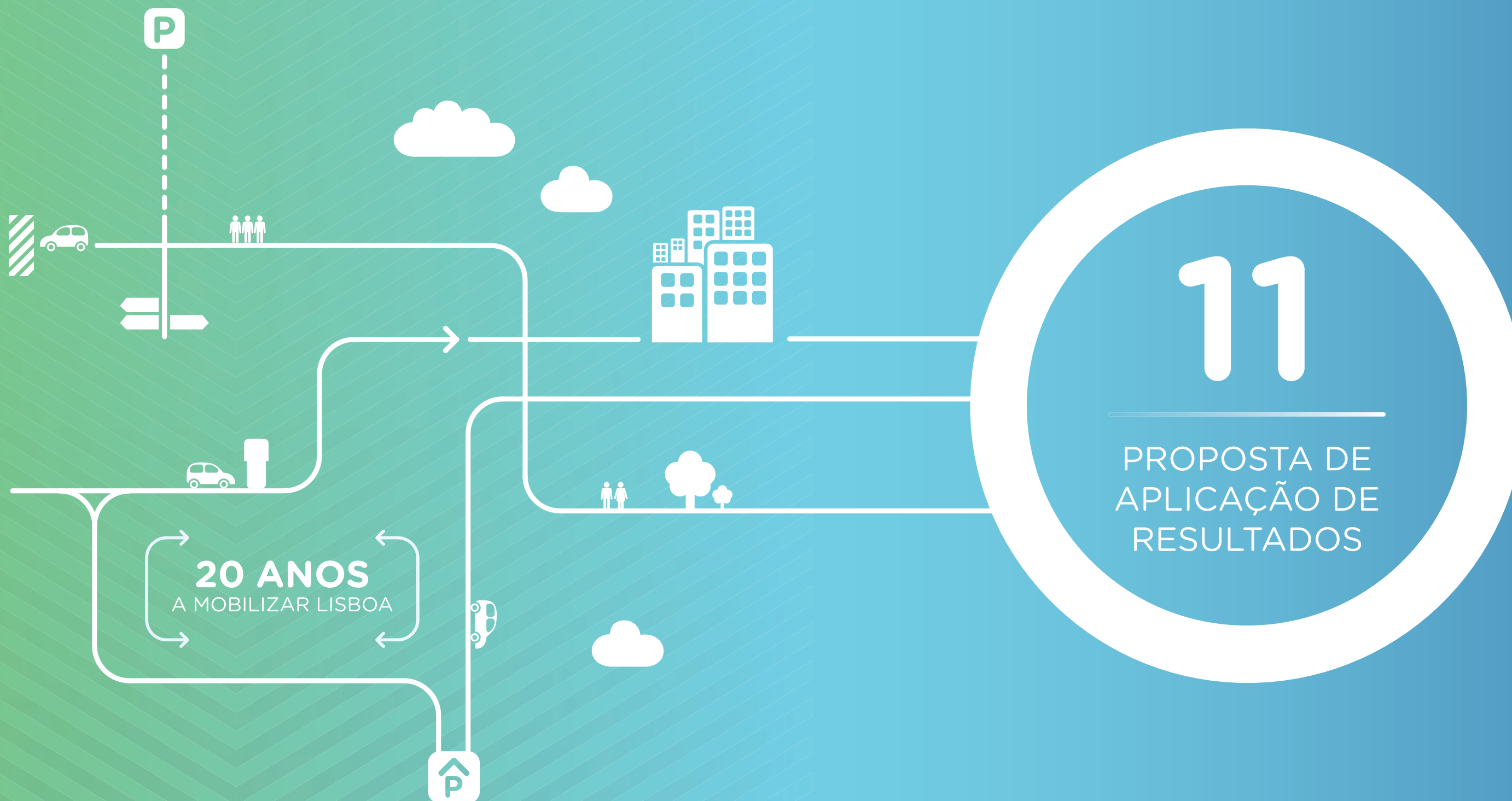
Alicerçada na experiência acumulada de 20 anos, a EMEL pretende também tornar-se um veículo de apoio à cooperação internacional do Município de Lisboa, através do estabelecimento de acordos de cooperação empresarial e prestação de serviços com empresas

congéneres de cidades de países terceiros, em particular dos países de língua oficial portuguesa. A EMEL quer consolidar a parceria que estabeleceu com a Cidade da Praia (Cabo Verde) através da qual dá apoio à atividade de gestão de estacionamento na cidade e transfere as melhores práticas associadas a este domínio específico de gestão. Além disso, pretende assinar um protocolo de cooperação com o Conselho Municipal de Maputo, no âmbito do qual está já a elaborar um dossiê de implementação de um sistema de gestão do estacionamento na cidade, envolvendo os aspetos legislativos, regulamentares, empresariais e económico-financeiros e pretende, ainda, desenvolver contactos com a Cidade de Luanda conducentes à concretização de projetos de cooperação no âmbito da gestão do estacionamento.

A empresa está também a trabalhar no sentido de concretizar em 2015 o Acordo de Empresa, cujas primeiras etapas de negociação se realizaram ao longo de 2014.

Num horizonte mais imediato, está prevista a conclusão da nova arquitetura informática, a qual permitirá à empresa dispor de forma integrada de modernos sistemas de gestão operacional e financeira e lançar novas ferramentas de gestão e de relacionamento com os clientes.





11 Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido apurado em 2014 no valor de 952.984,78 euros seja aplicado da seguinte forma:

- Constituição de Reservas Legais: (10%) 95.298,48 euros
- Transferência para a conta Resultados Transitados: 857.686,30 euros





12

NOTAS FINAIS





12 Notas Finais

O exercício de 2014 foi marcado pelas influências contraditórias de uma conjuntura económica caracterizada por um reduzido crescimento e dos estímulos positivos resultantes do ciclo de expansão e de desenvolvimento que a empresa vem registando.

Foi neste contexto que a empresa prosseguiu o desenvolvimento daquele que é e sempre foi o seu *core business*, o estacionamento, aumentando a oferta de lugares, quer *on street*, quer em Parques de estacionamento.

Paralelamente, a empresa continuou o seu caminho em direção à sua afirmação como operador de mobilidade, procurando executar projetos relativamente inovadores e para os quais se vem preparando, adquirindo as competências e capacidades adequadas.

Ao mesmo tempo, a EMEL reviu em 2014 os seus estatutos, abrindo-se novas perspetivas à empresa no campo da cooperação internacional e da gestão dos transportes urbanos.

A empresa desenvolveu, também ao longo de 2014, um importante trabalho de preparação e reorganização de todo o seu *modus operandi* para que este possa incorporar com sucesso, e sem sobressaltos, os lugares afetos à “área verde” que, em 2015, passarão a ser geridos diretamente pela EMEL, para o que contou com um intenso trabalho de equipa que mobilizou colaboradores de todas as áreas funcionais da empresa.

Por isso, uma primeira palavra de reconhecimento e de agradecimento deve ser dirigida aos trabalhadores que, de novo, deram mostras de total envolvimento nos objetivos estratégicos da empresa e que com o seu empenho, continuaram a viabilizar o desenvolvimento e o crescimento da empresa, num contexto adverso da procura.

Também aos nossos parceiros de atividade, particularmente aos nossos Fornecedores, se deve um sentido agradecimento pelo modo como responderam com flexibilidade e capacidade de ajustamento às exigências da empresa em matéria de renegociação contratual, com vista a maior economia de meios ou de modernização e inovação tecnológicas.

Lisboa 20 de Abril de 2015

Luís Filipe Natal Marques

(Presidente do Conselho de Administração)

João Paulo Salazar Dias

(Vogal do Conselho de Administração)

António Inácio Furtado

(Vogal do Conselho de Administração)





13

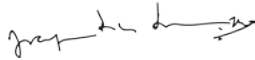
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM SA			
Balança Individual em 31 de dezembro de 2014			
(Valores expressos em euros)			
	Notas	31.dez.2014	31.dez.2013
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	4	19 502 583,68	19 328 689,08
Propriedades de investimento	5	1 709 173,86	1 760 184,04
Ativos intangíveis	6	1 373 908,53	1 226 868,48
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método eq. patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Acionistas / sócios		734,63	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	7	31 500,00	66 207,12
Total dos Ativos Não Correntes		22 617 900,70	22 381 948,72
Inventários	8	0,00	47 877,65
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes	9	320 892,27	360 832,77
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	10	416 265,89	0,00
Acionistas / sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	11	22 804,70	19 364,29
Diferimentos	12	5 437 257,70	5 823 385,39
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	13	7 257 899,82	13 445 506,54
Total dos Ativos Correntes		13 455 120,38	19 696 966,64
		36 073 021,08	42 078 915,36
Capitais Próprios			
Capital realizado	14	14 000 000,00	14 000 000,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais	15	658 554,16	436 723,91
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	16	2 595 767,77	599 295,50
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do exercício		952 984,78	2 218 302,52
Total dos Capitais Próprios		18 207 306,71	17 254 321,93

Passivo			
Provisões	17	150 000,00	150 000,00
Financiamentos obtidos	18	3 566 259,79	4 000 000,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Total dos Passivos Não Correntes		3 716 259,79	4 150 000,00
Fornecedores	20	3 172 138,43	11 313 162,95
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	10	575 599,84	788 004,09
Acionistas / sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	18	145 942,42	487 815,71
Outras contas a pagar	19	9 365 983,07	7 392 916,15
Diferimentos	12	889 790,82	692 694,53
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Total dos Passivos Correntes		14 149 454,58	20 674 593,43
Total do Passivo		17 865 714,37	24 824 593,43
		36 073 021,08	42 078 915,36

Lisboa, 17 de Abril de 2014
O Técnico Oficial de Contas



A Administração





EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM SA			
Demonstração dos Resultados Individuais - Exercício findo em 31 de dezembro de 2014			
(Valores expressos em euros)			
	Notas	31.dez.2014	31.dez.2013
Vendas de mercadorias	21	794,41	1 709,04
Prestação de serviços	21	27 014 817,34	26 418 561,62
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-441,61	-1 249,45
Fornecimentos e serviços externos	23	-16 295 699,23	-14 154 064,89
Gastos com o pessoal	24	-8 265 806,49	-8 111 368,80
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	8	221,40	65,82
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-41 820,00	-90 086,39
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	25	855 723,45	718 666,94
Outros gastos e perdas	26	-548 176,03	-226 109,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 719 613,24	4 556 123,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-1 294 725,11	-1 167 885,87
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 424 888,13	3 388 238,03
Juros e rendimentos similares obtidos		35 245,13	132 213,89
Juros e gastos similares suportados		-101 981,11	-133 234,41
Resultado antes de impostos		1 358 152,15	3 387 217,51
Imposto sobre o rendimento do período		-405 167,37	-1 168 914,99
Resultado líquido do período		952 984,78	2 218 302,52
Resultado por ação básico		0,00	0,00

Lisboa, 17 de Abril de 2014

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

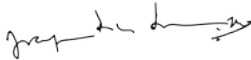
EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM SA			
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais - Exercício findo em 31 de dezembro de 2014			
(Valores expressos em euros)			
	Notas	31.dez.2014	31.dez.2013
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		33 293 842,40	29 668 627,69
Pagamentos a fornecedores		-24 574 057,40	-10 383 818,48
Pagamentos ao pessoal		-7 590 289,67	-7 373 068,65
Caixa gerada pelas operações		1 129 495,33	11 911 740,56
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-611 174,89	-1 281 327,19
Outros recebimentos/pagamentos		-3 619 673,21	-2 717 849,77
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		-3 101 352,77	7 912 563,60
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 024 910,22	-1 453 367,71
Ativos intangíveis		-209 875,24	-209 437,62
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
		-2 234 785,46	-1 662 805,33
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		350,00	5 128,46
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		26 433,81	99 156,66
Dividendos		0,00	0,00
		26 783,81	104 285,12
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		-2 208 001,65	-1 558 520,21
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-769 636,52	-1 367 916,09
Juros e gastos similares		-108 615,78	-123 536,59
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		-878 252,30	-1 491 452,68
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		-878 252,30	-1 491 452,68
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-6 187 606,72	4 862 590,71
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		13 445 506,54	8 582 915,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 257 899,82	13 445 506,54



EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM SA								
Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2014								
(Valores expressos em euros)								
		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2014	Notas	14 000 000,00	436 723,91	0,00	599 295,50	0,00	2 218 302,52	17 254 321,93
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de activos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	221 830,25	0,00	1 996 472,27	0,00	-2 218 302,52	0,00
capital próprio		0,00	221 830,25	0,00	1 996 472,27	0,00	-2 218 302,52	0,00
Resultado Líquido do Período							952 984,78	952 984,78
Resultado Integral							-1 265 317,74	952 984,78
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital	14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2014		14 000 000,00	658 554,16	0,00	2 595 767,77	0,00	952 984,78	18 207 306,71

Lisboa, 17 de Abril de 2014

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM SA								
Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2013								
(Valores expressos em euros)								
		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2013	Notas	14 000 000,00	236 884,00	0,00	617 234,67	0,00	1 998 399,06	16 852 517,73
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	-1 816 498,32	0,00	0,00	-1 816 498,32
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de activos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	199 839,91	0,00	1 798 559,15	0,00	-1 998 399,06	0,00
capital próprio		0,00	199 839,91	0,00	-17 939,17	0,00	-1 998 399,06	-1 816 498,32
Resultado Líquido do Período							2 218 302,52	2 218 302,52
Resultado Integral							219 903,46	401 804,20
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2013		14 000 000,00	436 723,91	0,00	599 295,50	0,00	2 218 302,52	17 254 321,93

Lisboa, 17 de Abril de 2014

O Técnico Oficial de Contas



A Administração





EMEL Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM, SA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A EMEL Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM SA, foi criada pela deliberação nº 73/AM/94, por proposta da Deliberação nº 242/CM/94, de 14/07/94, e iniciou a sua atividade em 01/10/1994, tem a sua sede na Alameda das Linhas de Torres, 198/200 em Lisboa. A Empresa é uma pessoa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal.

A Empresa tem como atividade principal a gestão do serviço público de estacionamento da cidade de Lisboa integrado no sistema global de mobilidade e acessibilidades definidos pela Câmara Municipal de Lisboa e rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, pela lei comercial, pelos Estatutos e, subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado.

É entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição financeira e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo indicação em contrário.

O Balanço em 31 de dezembro de 2014, a Demonstração de Resultados por Naturezas, A Demonstração das Alterações de Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2014 as demonstrações financeiras da EMEL foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

b) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC:

c) Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes das presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras.

3. Principais Políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	3 - 16
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros activos fixos tangíveis	3 - 8



As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O justo valor foi determinado por avaliação efetuada no início do ano 2012 por entidade especializada independente que é objeto de divulgação na nota 5.

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica “Investimentos em Curso - Ativos Fixos Tangíveis”. No final do período de promoção e construção o ativo é transferido para a rubrica “Propriedades de investimento”.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 23% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, a derrama estadual à taxa de 3% na matéria coletável superior a 1.500.000€, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

3.6. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade



acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários, caso ocorram, são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.8. Imparidade de Ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação da perda assume um caráter permanente e definitivo e se sim, regista a respetiva perda por imparidade nos resultados ou diretamente no capital próprio, no caso do ativo estar registado pela quantia revalorizada. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

Quando tenham sido registadas perdas por imparidade e, posteriormente, se verifique que o valor recuperável aumentou de forma permanente reduzindo a imparidade, é reconhecida a reversão da imparidade.

3.9 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes

aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as atividades correntes da Empresa.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Para os financiamentos existentes, atualmente, entende-se que dado que a taxa de juro paga é a de mercado e que é imaterial a diferença temporal do valor do dinheiro, não existe diferença entre a taxa de juro de mercado e a taxa efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.10. Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

3.11. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente



mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.12. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto do período. Os gastos a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos do período em que ocorreram.

3.13. Transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, correspondendo à moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizados.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.14. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.15. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício, sendo estes dois parâmetros definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando, sempre que possível, as melhores práticas adotadas.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pela Empresa dos fluxos de caixa que se espera receber.



4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2013 e de 2014 foi o seguinte:

	31 de dezembro 2013					
	Saldo em 01.jan.2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31.dez.2013
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	517 502,82	0,00	0,00	0,00	0,00	517 502,82
Edifícios e outras construções	15 501 066,46	49 000,00				15 550 066,46
Equipamento básico	7 740 824,89	1 481 923,98	-128 633,37			9 094 115,50
Equipamento de transporte	629 395,20	150 387,44	-15 727,39			764 055,25
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	1 476 295,19	59 686,38	-52 335,78			1 483 645,79
Outros ativos fixos tangíveis	320 091,49	20 113,16	-1 527,09			338 677,56
Investimentos em curso	2 043 532,86	68 059,20				2 111 592,06
	28 228 708,91	1 829 170,16	-198 223,63	0,00	0,00	29 859 655,44
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	2 581 429,11	337 534,63		0,00	0,00	2 918 963,74
Equipamento básico	5 391 450,54	395 044,21	-128 633,37	0,00	0,00	5 657 861,38
Equipamento de transporte	317 723,17	114 189,92	-5 051,90	0,00	0,00	426 861,19
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	1 233 713,32	116 078,29	-52 335,77	0,00	0,00	1 297 455,84
Outros ativos fixos tangíveis	207 310,06	24 041,24	-1 527,09	0,00	0,00	229 824,21
	9 731 626,20	986 888,29	-187 548,13	0,00	0,00	10 530 966,36
Valor Líquido	18 497 082,71	842 281,87	-10 675,50	0,00	0,00	19 328 689,08

	31 de dezembro 2014					
	Saldo em 01.jan.2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31.dez.2014
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	517 502,82	0,00				517 502,82
Edifícios e outras construções	15 550 066,46	0,00				15 550 066,46
Equipamento básico	9 094 115,50	800 762,79				9 894 878,29
Equipamento de transporte	764 055,25	17 418,78	-36 180,52			745 293,51
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	1 483 645,79	25 662,67				1 509 308,46
Outros ativos fixos tangíveis	338 677,56	2 217,38				340 894,94
Investimentos em curso	2 111 592,06	397 894,33				2 509 486,39
	29 859 655,44	1 243 955,95	-36 180,52	0,00	0,00	31 067 430,87
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	2 918 963,74	339 576,29				3 258 540,03
Equipamento básico	5 657 861,38	505 737,20		-15 404,79		6 148 193,79
Equipamento de transporte	426 861,19	133 303,84	-36 180,52			523 984,51
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	1 297 455,84	81 706,38				1 379 162,22
Outros ativos fixos tangíveis	229 824,21	25 129,74		12,69		254 966,64
	10 530 966,36	1 085 453,45	-36 180,52	-15 392,10	0,00	11 564 847,19
Valor Líquido	19 328 689,08	158 502,50	0,00	15 392,10	0,00	19 502 583,68



5. Propriedades de investimento

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2014, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	31 de dezembro 2013					
	Saldo em 01.jan.2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31.dez.2013
Parque estacionamento - Portas do Sol						0,00
Parque estacionamento - Teixeira Pascoais						0,00
Parque estacionamento - Ana Castro Osório	893 401,08	0,00	0,00	0,00	0,00	893 401,08
Parque estacionamento - Chão do Loureiro	1 076 974,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1 076 974,53
	1 970 375,61	0,00	0,00	0,00	0,00	1 970 375,61
Depreciações acumuladas	159 181,40	51 010,58		0,00	0,00	210 191,98
	159 181,40	51 010,18	0,00	0,00	0,00	210 191,98
Valor Líquido	1 811 194,21	-51 010,18	0,00	0,00	0,00	1 760 183,63

	31 de dezembro 2014					
	Saldo em 01.jan.2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31.dez.2014
Parque estacionamento - Portas do Sol						0,00
Parque estacionamento - Teixeira Pascoais						0,00
Parque estacionamento - Ana Castro Osório	893 401,08	0,00	0,00	0,00	0,00	893 401,08
Parque estacionamento - Chão do Loureiro	1 076 974,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1 076 974,54
	1 970 375,62	0,00	0,00	0,00	0,00	1 970 375,62
Depreciações acumuladas	210 191,98	51 010,18	0,00	-0,40	0,00	261 201,76
	210 191,98	51 010,18	0,00	-0,40	0,00	261 201,76
Valor Líquido	1 760 183,64	-51 010,18	0,00	0,40	0,00	1 709 173,86

Em 31 de dezembro de 2014, as avaliações a justo valor das propriedades de investimento apresentam-se como segue:

	Custo de aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Escriturado a 31/12/2014	Justo Valor a 31/12/2012
Parque estacionamento - Ana Castro Osório	893 401,08	0,00	893 401,08	924 000,00
Parque estacionamento - Chão do Loureiro	1 076 974,54	0,00	1 076 974,54	943 400,00
	1 970 375,62	0,00	1 970 375,62	1 867 400,00

Encontra-se reconhecido em propriedades de investimento a permissão de 188,68 do Parque Chão do Loureiro.

6. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2014, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de dezembro 2013					
	Saldo em 01.jan.2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31.dez.2013
Custo						
Projectos de desenvolvimento (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Software	1 120 743,91	90 145,12	0,00	177 305,83	0,00	1 388 194,86
Outras ativos intangíveis	1 323 267,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1 323 267,44
Investimentos em curso	127 571,50	229 588,99	0,00	-177 305,83	0,00	179 854,66
	2 571 582,85	319 734,11	0,00	0,00	0,00	2 891 316,96
Depreciações Acumuladas						
Software	1 061 460,17	109 277,84	0,00	0,00	0,00	1 170 738,01
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras ativos intangíveis	473 000,91	20 709,56	0,00	0,00	0,00	493 710,47
	1 534 461,08	129 987,40	0,00	0,00	0,00	1 664 448,48
Valor Líquido	1 037 121,77	189 746,71	0,00	0,00	0,00	1 226 868,48

	31 de dezembro 2014					
	Saldo em 01.jan.2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31.dez.2014
Custo						
Software	1 388 194,86	341 577,33	0,00	0,00	0,00	1 729 772,19
Outras ativos intangíveis	1 323 267,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1 323 267,44
Investimentos em curso	179 854,66	200 127,71	0,00	-236 403,51	0,00	143 578,86
	2 891 316,96	541 705,04	0,00	-236 403,51	0,00	3 196 618,49
Depreciações Acumuladas						
Software	1 170 738,01	137 551,92	0,00	0,00	0,00	1 308 289,93
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras ativos intangíveis	493 710,47	20 709,56	0,00	0,00	0,00	514 420,03
	1 664 448,48	158 261,48	0,00	0,00	0,00	1 822 709,96
Valor Líquido	1 226 868,48	383 443,56	0,00	-236 403,51	0,00	1 373 908,53

7. Ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	31 de dezembro 2013					
	Saldo em 01.jan.2013	Constituição		Reversão		Saldo em 31.dez.2013
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Ativos por impostos diferidos						
Ajustamentos de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas	102 977,22	0,00	0,00	-102 977,22	0,00	0,00
Prejuízos fiscais reportáveis (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimentos ref. Adoção 1ª Vez SNC	68 928,53	0,00	0,00	-37 221,41	0,00	31 707,12
Provisão p/ Outros Riscos e Encargos	37 500,00	0,00	0,00	-3 000,00	0,00	34 500,00
	209 405,75	0,00	0,00	-143 198,63	0,00	66 207,12
Passivos por impostos diferidos						
Ganhos tributados em períodos futuros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(...)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	31 de dezembro 2014					
	Saldo em 01.jan.2014	Constituição		Reversão		Saldo em 31.dez.2014
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Ativos por impostos diferidos						
Ajustamentos de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos fiscais reportáveis (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimentos ref. Adoção 1ª Vez SNC	31 707,12	0,00	0,00	-31 707,12	0,00	0,00
Provisão p/ Outros Riscos e Encargos	34 500,00	0,00	0,00	-3 000,00	0,00	31 500,00
	66 207,12	0,00	0,00	-34 707,12	0,00	31 500,00
Passivos por impostos diferidos						
Ganhos tributados em períodos futuros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(...)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(i) Prejuízos fiscais

De acordo com a declaração fiscal da Empresa, não havia prejuízos fiscais reportáveis.



8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	31.dez.2014	31.dez.2013
Mercadorias	0,00	48 099,05
Materias primas subsidiárias e de consumo	0,00	0,00
Produtos acabados	0,00	0,00
Obras em curso	0,00	0,00
	0,00	48 099,05
Perdas por imparidades de inventários	0,00	-221,40
	0,00	47 877,65

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade de inventários”, foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31.dez.2014	31.dez.2013
Saldo a 1 de janeiro	221,40	287,22
Aumento	0,00	0,00
Reversão	-221,40	-65,82
Regularizações	0,00	0,00
	0,00	221,40

9. Clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31.dez.2014		31.dez.2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	0,00	857 910,95	0,00	856 031,45
Clientes Entidade Grupo Relacionadas	0,00	6 796,60	0,00	6 796,60
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	864 707,55	0,00	862 828,05
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	-543 815,28	0,00	-501 995,28
	0,00	320 892,27	0,00	360 832,77

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de dezembro de 2014 apresentava-se como segue:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>90 dias	Total
Clientes conta corrente	22 574,03	78 923,00	54 091,17	702 322,75	857 910,95
Clientes outros	0,00	0,00	0,00	6 796,60	6 796,60
	22 574,03	78 923,00	54 091,17	709 119,35	864 707,55

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31.dez.2014	31.dez.2013
Saldo a 1 de janeiro	501 995,28	411 908,89
Aumento	41 820,00	90 086,39
Reversão	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
	543 815,28	501 995,28

No ano 2014 foi reconhecida a imparidade do montante a receber da ANEPE que se encontra em processo de insolvência.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31.dez.2014	31.dez.2013
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	416 265,89	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	416 265,89	0,00
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00	280 095,50
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	341 972,74	276 777,07
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	75 047,07	74 644,03
Segurança Social	158 399,06	156 487,49
Outros impostos e taxas	180,97	0,00
	575 599,84	788 004,09

11. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31.dez.2014		31.dez.2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	22 804,70	0,00	19 364,29
	0,00	22 804,70	0,00	19 364,29
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	22 804,70	0,00	19 364,29

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não ocorreram movimentos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores”.

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31.dez.2014	31.dez.2013
Diferimentos (Ativo)		
Valores a facturar	0,00	0,00
Seguros pagos antecipadamente	44 896,82	20 346,42
Rendas	16 388,48	13 558,66
Outros gastos a reconhecer	5 375 972,40	5 789 480,31
	5 437 257,70	5 823 385,39
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	889 790,82	692 694,53
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
	889 790,82	692 694,53

13. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Nota 13 - Caixa e depósitos bancários

	31.dez.2014	31.dez.2013
Caixas	126 287,08	76 105,38
Depósitos à ordem	5 006 612,74	1 569 401,16
Depósitos à prazo	2 125 000,00	11 800 000,00
(...)	0,00	0,00
	7 257 899,82	13 445 506,54

14. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2013 o capital da Empresa estava totalmente subscrito e realizado.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2011, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Câmara Municipal de Lisboa	100%	14.000.000,00

15. Reserva legal

Os Estatutos da EMEL, EEM estabelecem no nº 2 do art. 29, que pelo menos 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital.

16. Resultados transitados

Na reunião da Câmara Municipal de Lisboa, realizada em 18 de junho de 2014 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Proposta nº 308/2014) e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse aplicado da seguinte forma:

- Reservas Legais: 221.830,25€
- Resultados Transitados: 1.996.472,27€

Esta rubrica inclui ainda os ajustamentos decorrentes da transição do POC para o SNC, de acordo com o previsto na NCRF 3, tal como referido na nota 2.

17. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foi o seguinte:

	31.dez.2014	31.dez.2013
Saldo a 1 de janeiro	150 000,00	150 000,00
Reforço no período (i)	0,00	0,00
Reduções no período (ii)	0,00	0,00
Utilizações (iii)	0,00	0,00
Saldo a 31 de dezembro	150 000,00	150 000,00

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31.dez.2014		31.dez.2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo	3 566 259,79	145 942,42	3 712 202,21	775 613,50
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	6 748,82
	3 566 259,79	145 942,42	3 712 202,21	782 362,32



Os empréstimos bancários não correntes são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

Prazos de reembolso	31.dez.2014	31.dez.2013
Menos de um ano	145 942,42	481 066,89
1 a 2 anos	302 871,14	412 496,71
2 a 3 anos	310 073,33	434 357,03
3 a 4 anos	317 446,79	302 896,26
4 a 5 anos	324 995,58	319 369,45
Mais de 5 anos	2 310 872,95	2 530 880,55
	3 712 202,21	4 481 066,89

19. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31.dez.2014		31.dez.2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Imobilizado	0,00	1 108 641,81	0,00	1 556 456,08
Credores p/ Acréscimos de Gastos	0,00	7 748 871,04	0,00	5 287 492,63
Outras contas a pagar	0,00	508 470,22	0,00	548 073,69
Pessoal	0,00	0,00	0,00	893,75
	0,00	9 365 983,07	0,00	7 392 916,15

A rubrica credores por acréscimos de gastos, inclui essencialmente,(i) o valor da especialização do fee a pagar à Câmara Municipal de Lisboa, no montante de 5.793.443,06€ (3.771.829€ em 2013); e (ii) Remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias, no valor de 989.450,70€. (939.436€ em 2013).

20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31.dez.2014	31.dez.2013
Fornecedores conta corrente		
Fornecedores - Entidades do Grupo	1 412 362,87	10 350 026,59
Fornecedores - Outras Entidades	1 759 775,56	963 136,36
Fornecedores outros	0,00	0,00
	3 172 138,43	11 313 162,95

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de dezembro de 2014 era a seguinte:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	571 511,93	120 177,40	104 844,07	615 829,47	1 412 362,87
Fornecedores outros	0,00	0,00	0,00	1 759 775,56	1 759 775,56
	571 511,93	120 177,40	104 844,07	2 375 605,03	3 172 138,43

21. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2014 e de 2013 foram como segue:

	31.dez.2014			31.dez.2013		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	794,41	0,00	794,41	1 709,04	0,00	1 709,04
Prestação de serviços	27 014 817,34	0,00	27 014 817,34	26 418 561,62	0,00	26 418 561,62
	27 015 611,75	0,00	27 015 611,75	26 420 270,66	0,00	26 420 270,66
Juros Obtidos	35 245,13		35 245,13	132 213,89		132 213,89
	27 050 856,88		27 050 856,88	26 552 484,55	0,00	26 552 484,55

22. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, é detalhado como segue:

	31.dez.2014			31.dez.2013		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	0,00	48 099,05	48 099,05	0,00	39 923,50	39 923,50
Regularizações	0,00	-47 657,44	-47 657,44	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00	0,00	0,00	9 425,00	9 425,00
Custo de vendas	0,00	-441,61	-441,61	0,00	-1 249,45	-1 249,45
Saldo final em 31 de dezembro	0,00	0,00	0,00	0,00	48 099,05	48 099,05

23. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

	31.dez.2014	31.dez.2013
Trabalhos Especializados SPARK	4 417 827,94	4 412 544,10
Fee Gestão CML	5 793 443,06	3 771 828,84
Rendas e Alugueres	590 555,83	606 040,28
Comunicações	699 413,25	545 696,76
Conservação e Reparação Parques	474 385,91	484 595,88
Vigilância e Segurança	431 840,09	395 839,61
Trabalhos Especializados Reboques	291 320,50	341 655,95
Conservação e Reparação Parquímetros	374 851,84	469 195,92
Conservação e Reparação Via Pública	355 901,93	375 982,03
Conservação e Reparação Bairros Históricos	322 923,08	398 180,37
Restantes Custos	2 543 235,80	2 352 505,15
	16 295 699,23	14 154 064,89



24. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

	31.dez.2014	31.dez.2013
Remunerações dos órgãos sociais	111 020,98	108 474,29
Remunerações do pessoal	6 169 322,84	6 269 968,22
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações	192 657,70	2 356,31
Encargos sobre remunerações	1 373 743,67	1 394 525,34
Seguros	310 390,00	269 851,97
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros gastos com pessoal	108 671,30	66 192,67
	8 265 806,49	8 111 368,80

A EMEL celebrou durante o ano 2014 acordos de rescisão de contratos de trabalho, com um gasto em indemnizações de 192.657,70€.

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2014 foi de 395 e no exercício de 2013 de 389.

25. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram como segue:

	31.dez.2014	31.dez.2013
Rendimentos suplementares	92 419,39	129 530,09
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	312 793,86	338 476,04
Outros rendimentos e ganhos	450 510,20	382 874,70
	855 723,45	850 880,83

26. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram como segue:

	31.dez.2014	31.dez.2013
Impostos	28 903,97	37 461,15
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	66 822,56
Perdas em inventários	0,00	0,00
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em inv. não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	519 272,06	121 826,28
	548 176,03	226 109,99

27. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31.dez.2014			31.dez.2013		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	51 010,18	0,00	51 010,18	51 010,18	0,00	51 010,18
Ativos fixos tangíveis	1 085 453,45	0,00	1 085 453,45	986 888,29	0,00	986 888,29
Ativos intangíveis	158 261,48	0,00	158 261,48	129 987,40	0,00	129 987,40
	1 294 725,11	0,00	1 294 725,11	1 167 885,87	0,00	1 167 885,87

28. Partes relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são apresentados no quadro que segue:

Transações	31.dez.2014	31.dez.2013
Serviços adquiridos	3 981 968,59	35 408,51
Saldos	31.dez.2014	31.dez.2013
Contas a receber	6 796,60	6 796,60
Contas a pagar	1 412 362,87	10 355 749,41
Acréscimos de Custos	5 793 443,06	3 771 828,84

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.
No ano 2014 foi alterada a base de cálculo do fee a pagar pela EMEL pela exploração e gestão da via pública, clarificando que as receitas com a atividade de contra-ordenação incluem a base de cálculo.

29. Situação Contributária e Contributiva

A EMEL tem a sua situação tributária e contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, respetivamente.

30. Remunerações dos Órgãos Sociais

	31.dez.2014	31.dez.2013
Conselho de Administração (*)	28 903,97	108 474,29
Fiscal Único (**)	111 020,98	11 367,24

(*) Verba revelada em Gastos com Pessoal
O Conselho de Administração é constituído por 3 elementos sendo apenas dois deles remunerados.
(**) Verba revelada em Fornecimentos e Serviços Externos

31. Eventos Subsequentes

Na presente data, o Conselho de Administração da Empresa não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2014 que justifiquem ajustamentos ou divulgação nestas demonstrações financeiras.

Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de Abril de 2015, sendo posteriormente remetidas ao Município de Lisboa para aprovação.

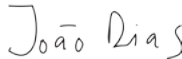
O Técnico Oficial de Contas



Luís Filipe Natal Marques
(Presidente do Conselho de Administração)



João Paulo Salazar Dias
(Vogal do Conselho de Administração)



António Inácio Furtado
(Vogal do Conselho de Administração)







Certificação Legal das Contas

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Edifício Armado Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º Miraflores –
1495-132 Alges – Portugal

T +351 214 123 520
F +351 214 123 539

Avenida Arraga, 30 – 1.º B – 9000-064
Funchal – Portugal

T +351 291 200 540
F +351 291 200 549

E-mail: gt.lisboa@gt.pt.com

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., as quais compreendem Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 36.073.021 euros e um total de capital próprio de 18.207.307 euros, incluindo um resultado líquido de 952.985 euros), a Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras e nas opiniões dos Revisores Oficiais de Contas das empresas subsidiárias.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Member firm of Grant Thornton International Ltd
Capital Social: 31.200 Euros - Contribuinte / Matriculada n.º 502 286 784 - inscrita na C.R.C. Cascais
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 67, na C.M.V.M. sob o n.º 314





2

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Os procedimentos de controlo interno em vigor, no que se refere à área de disponibilidades, não permitem um adequado controlo quanto aos valores entrados nas contas de bancos, nem a sua reconciliação com os correspondentes montantes contabilizados. Deste modo, não foi possível confirmar a correção da totalidade dos valores constantes dos registos contabilísticos.
8. Com base numa deliberação da Câmara Municipal de Lisboa de 8 de abril de 2015, a empresa alterou a base de cálculo dos *fees* a pagar àquela entidade, tendo registado, como gastos do exercício de 2014, o montante de 1.781.401 euros. Dado que a referida deliberação é omissa quanto à data da sua entrada em vigor e que, na EMEL, não existe documentação adicional que defina essa situação, não estamos em condições de concluir quanto à adequação do valor registado como gastos, nem quanto ao eventual impacto desta situação no que respeita à rubrica de Imposto sobre o Rendimento.

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Member firm of Grant Thornton International Ltd

ch



3

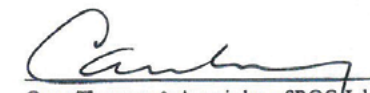
Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

27 de abril de 2015


Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por C. Lisboa Nunes

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Member firm of Grant Thornton International Ltd



